

MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL



ATA N.º 08

**Reunião ordinária realizada a
sete de abril de dois mil e dezasseis**

SEIXAL

- ORIGINAL -



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL
REALIZADA A 07 DE ABRIL DE 2016**

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e dezasseis realizou-se pelas 15.20 horas, no Auditório dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, uma Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal.

Presidiu e dirigiu a Reunião o Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Cesário Cardador dos Santos e na mesma participaram os Senhores Vereadores Jorge Osvaldo Dias Santos Gonçalves, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, José Carlos Marques Gomes, Maria Manuela Palmeiro Calado, Samuel Pedro Silva Cruz, Eduardo Manuel Rodrigues, Elisabete Manuela Pereira Adrião, Paulo Edson Carvalho Borges da Cunha e Luís Manuel Rendeiro Cordeiro.

Secretariou a Reunião, o Técnico Superior, João Manuel de Sousa Coutinho, no uso das suas competências, designada pelo despacho nº 1010-PCM/2013, de 21 de outubro de 2013, e, nos termos da lei aplicável.

I – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DA POPULAÇÃO

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse, boa tarde a todos, cumprimento os senhores vereadores, os funcionários da câmara municipal e a população que está connosco. Vamos iniciar o período para intervenção e esclarecimento da população, temos três inscrições. Dou a palavra ao Senhor António Silva, que nos traz um pedido de esclarecimento.

O Senhor António Guerreiro Palma da Silva, morador na Rua do Parque, nº 114, 2865-071 Fernão Ferro, disse, é a respeito de uma carta que me enviaram da câmara municipal com umas faturas para pagar. Acho que não tenho que pagar nada porque sempre que venho à câmara, pergunto sempre se tenho que pagar alguma coisa. Tenho uma licença de habitação, tenho as contribuições todas em dia desde 1976, agora pedem-me estas faturas de quase 12 mil euros para pagar no prazo de um mês, se não vai para tribunal. Eu não tenho esse dinheiro, sou reformado, sou viúvo, tenho três filhos, dois desempregados, um há três anos e outro desde outubro. Queria ver o que é que se passa com isto, tenho tudo pago desde sempre, os meus lotes já estão em metros quadrados desde que os comprei, a casa já feita, já está tudo em escrituras e em metros quadrados. Agora com a reconversão da AUGI para metros exigem-me mais dinheiro não sei por que razão. Os meus já estão em metros quadrados.

O Senhor Vereador Jorge Gonçalves, disse, boa tarde a todos e, em particular, ao Senhor António Silva que nos traz aqui então uma questão de esclarecimento sobre pagamento de taxas em dívida. Sem prejuízo daquilo que possa ser a análise, depois, do caso concreto do Senhor António Silva para se perceber no concreto em relação ao seu processo, o que é que está devidamente garantido, liquidado e pago referente ao processo de reconversão. A Quinta da Escola corresponde a um processo de reconversão que na prática só terminou no ano passado. Falta a aprovação em reunião de câmara do loteamento, e daí decorrem naturalmente os encargos que dizem respeito ao loteamento. A questão que o Senhor António Silva aqui colocou em relação aos metros quadrados é uma questão diferente. Se a divisão estava em avos ou em metros quadrados envolve inclusive diferentes formas de proceder, mas no caso essa divisão do solo não decorreu do loteamento. A usucapião de uma outra forma qualquer, o lote não estava constituído, só no ano passado, não só houve emissão do alvará como também essa liquidação das taxas. Isto é, em relação ao processo de reconversão da Quinta da Escola, naturalmente sem prejuízo da análise concreta da situação dos seus dois lotes, eu estava a achar o valor muito elevado, por isso percebi que não deveria ser só um lote. Mas em qualquer dos casos, no concreto em relação ao Senhor António Silva há que analisar não só a situação do seu processo de obras, o que é que foi pago em cada um dos momentos, para se aferir se é verdadeiramente devido ou não nesta fase. Agora, é verdade que no que diz respeito à



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

Quinta da Escola o processo de reconversão só terminou no ano passado com a aprovação do loteamento e só aí é que são constituídos verdadeiramente os lotes e todos os direitos e deveres, naturalmente, de cada um dos proprietários nesse processo de reconversão. Inclusive, no caso das infraestruturas que foram assumidas há muitos anos pelo próprio município. Por isso, haver agora a liquidação destas taxas é normal, decorre do próprio processo de reconversão da Quinta da Escola. Se elas são devidas ou não para o Senhor António Silva, naturalmente, iremos analisar para no seu caso concreto se perceber se elas foram ou não em momento anterior liquidadas. De qualquer das formas não se relaciona com a outra questão que o Senhor António Silva colocou sobre os metros quadrados, porque os lotes efetivamente foram constituídos agora, não no âmbito do loteamento. Antes podia ter havido uma divisão do solo da propriedade, estando em avos, para metros quadrados, mas sem a constituição do loteamento, o loteamento da Quinta da Escola, que foi um levantamento do alvará por parte da comissão de administração e no seguimento disso, naturalmente, a comunicação a todos os proprietários daquilo que eram as taxas devidas no âmbito do processo de reconversão.

O Senhor António Guerreiro Palma da Silva, disse, quando comprei a casa já estava tudo em metros quadrados, nas escrituras está tudo em metros quadrados, e agora a reconversão é de avos para metros, aí é que me faz a confusão. A minha casa foi a primeira a ser construída com licença legal em Fernão Ferro, na parte de baixo da estrada, e só foram lá duas feitas com licença. É por isso que me admiro, agora está em avos para passar para metros, nunca pagaram um tostão e ainda não pagaram nada. Eu estou a pagar contribuição desde 1973, já tenho aqui 13 mil euros de contribuições, isto é tudo para a câmara, é o IMI. Primeiro pagava em escudos, 130 contos paguei eu em contribuições, tenho aqui tudo, a mais pequena foi 400 escudos ou 4 contos, tem vindo sempre subindo. Não sei qual é a razão por que vou pagar, informaram-me que quem paga as cedências são os vendedores e não os proprietários.

O Senhor Vereador Jorge Gonçalves, disse, Senhor António Silva teve o cuidado de logo na primeira intervenção esclarecer os dois processos. No que diz respeito ao próprio loteamento e aquilo que decorre das saídas do próprio alvará, da sua situação concreta. Agora também tive o cuidado de dizer que a divisão ilegal que existiu nesse terreno, independentemente de ela estar conformada em avos num prédio ou em avos em vários prédios ou com metros quadrados. A verdade é que a divisão desse solo com vista às construções foi feita de forma ilegal e ela só fica regularizada com o loteamento e é o loteamento que, mesmo em relação às propriedades que estão em metros quadrados, consagra os lotes e a divisão regularizada dos lotes. Essas taxas dizem respeito a matérias que são totalmente diferentes do IMI, porque correspondem a uma zona de reconversão urbanística com uma divisão legal que só fica terminada com o loteamento e são essas taxas, portanto, de que estamos a falar, que decorrem do processo de reconversão. Daí que não baralhemos com as questões do IMI, o IMI é um imposto que diz respeito às funções da câmara e não às obrigações que decorrem deste alvará. Deste alvará decorrem obrigações concretas para a câmara de servir a população dessa área, a montante e a jusante, no que diz respeito às infraestruturas, aos equipamentos etc. Essa obrigação fica na câmara e todos os proprietários no âmbito deste loteamento terão que assegurar, não cabe a nenhum outro munícipe de outro lado do concelho assegurar esse pagamento.

A última questão que o Senhor António Silva aqui trouxe, das cedências, que no quadro dos processos de reconversão urbanística pelo menos ter havido uma divisão ilegal do solo, são garantidas no âmbito do loteamento e de acordo com o que é decidido pelos próprios proprietários na assembleia de comproprietários. É dividido entre eles, a forma que encontram tendo em conta que o que a câmara define é no âmbito do estudo do loteamento, devem dizer as que são salvaguardadas para espaços verdes, elas não são garantidas dentro desse âmbito. Quais são as compleições referidas depois, os proprietários é que decidem sobre a forma como dividem em função da área do lote, da área de construção, etc. Cabe aos proprietários, na sua autonomia, decidirem como é que o fazem e por isso são obrigações dos proprietários e não de outros munícipes do concelho. A verdade é que não ficaram salvaguardadas porque não havia loteamento antes disso. Quando há loteamento,

P.
441



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

aí sim, as pessoas quando compram o seu lote já sabem como é que isso tudo está assegurado e não cabe a quem vai construir a sua habitação, moradia, prédio, garantir as taxas porque no inicial já foram garantidas no âmbito do loteamento. Nem as cedências porque também já o foram e, neste caso, na Quinta da Escola não o tinham sido.

Aconselhava o Senhor António Silva a ir ver a sua licença de construção porque há o cuidado há muitos anos nesta câmara, mesmo no levantamento das licenças de construção, de especificar o condicionamento daquela zona no quadro do processo de reconversão, não só do término do processo de reconversão como mesmo quando dá lugar à emissão do alvará de licença de utilização com a indicação de que o processo não está terminado ou que o loteamento prevê o registo da divisão da coisa comum. Esse é um cuidado que a câmara tem há muito tempo, precisamente para que todas as pessoas percebam em cada um dos momentos o que é que estão a avançar no seu processo de obras, mas também a situação concreta que ainda está no processo de reconversão e que não está terminado. No caso da Quinta da Escola é positivo que a esta data o processo de reconversão, a componente urbanística da câmara, esteja terminada, agora cabe a cada um dos proprietários.

Vamos analisar não só a situação em concreto do seu caso, porque há situações onde as pessoas garantiram as suas obrigações em momento anterior e por isso o que garantiram no momento anterior não vão repetir. O que interessa é referir o que é que efetivamente já garantiram e iremos ver a sua situação para depois entrarmos em contacto consigo.

O Senhor António Guerreiro Palma da Silva, disse, de acordo, obrigado!

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que, a câmara municipal facilita os pagamentos às pessoas de acordo com as suas capacidades. Portanto, estamos disponíveis para flexibilizar os pagamentos. A nossa ideia não é sufocar a vida das pessoas, como é lógico, por isso será de acordo com aquilo que for possível e essa situação será vista mais à frente. Porque o senhor coloca previamente um pedido de esclarecimento sobre a razão desta cobrança, e nós vamos explicar-lhe de forma muito detalhada, que não pode ser aqui na reunião de câmara municipal, tem que ser com os nossos técnicos, o fundamento destas taxas. Há um regulamento municipal que define um determinado valor por área, por metro quadrado, e essas taxas têm que ser aplicadas mas vamos explicar isso tudo. Depois do senhor compreender isso, claro que se estivermos errados iremos retificar, mas admitindo que estamos certos no nosso cálculo, é que vamos ver essa questão do plano de pagamentos. A parte do pagamento de taxas ninguém quer, mas a verdade é que os urbanizadores ilegais esses é que ganharam dinheiro porque venderam terrenos que não poderiam ter vendido e agora o problema ficou para os proprietários que compraram. Também é verdade que os compradores desses terrenos, o senhor tem dois lotes, também estavam a comprar algo que não podia ser vendido e não podia ser comprado. Por isso, passados todos estes anos desde 1976, o município e os proprietários estão a preservar o seu património porque só agora é que têm metros quadrados, só agora é que têm condições para ter hipotecas, ser vendido, e só agora é que o município pode ser ressarcido de muitos investimentos que foram feitos durante 40 anos. O município não teve qualquer proveito. Referiu o IMI, mas estamos a referir à escala de todo o município. Ora para as áreas das AUGI onde tivemos que fazer redes de saneamento, ETAR, redes de distribuição de água, temos agora por exemplo em Fernão Ferro o novo centro distribuidor de água que está em projeto para lançarmos a obra este ano e para fazermos para o ano, são 2 milhões de euros. Fizemos um conjunto de escolas, iremos fazer mais equipamentos, tudo isto advém dos nossos impostos. Portanto, digamos que a câmara municipal, infelizmente vou dizer assim, não tem um poço de petróleo onde adquira rendimentos. Ou seja, as nossas verbas para gerirmos, para investirmos no nosso concelho advém daquilo que é o trabalho das pessoas, aquilo que são os seus impostos e também de uma parte dos impostos do Estado. Por isso, eu penso que por um lado, claro que é negativo para si pagar estas taxas, mas a verdade é que também por outro lado é o final do processo, ou seja, a partir de agora fica tudo resolvido para sempre, para si, para a sua família, para os seus filhos, para os seus netos, para sempre, fica tudo resolvido. Coisa que 40 anos atrás foi mal feita, estamos agora a corrigir com muitos custos para todos, para os senhores e para o município. Quem se "safou", vou dizer assim, foi o promotor ilegal que vendeu, enriqueceu, construiu um "império". Eu



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

não tenho milhares de hectares, pelo país fora, de terrenos como tem a empresa Xavier de Lima. Há pessoas com património, outros têm dívidas, como é o meu caso. Claro que nunca me passará pela cabeça vender qualquer coisa ilegal mas há sempre aqueles que o fazem e depois há admiração pelo caso "Panamá Papers" e de outras coisas. Os capitalistas agora criticam o "Panamá Papers" mas são os mesmos que defendem que existam *offshore* e paraísos fiscais no mundo. Fugir aos impostos em outros países, isso é completamente legal, moralmente ético e politicamente correto, isso depende da conceção política de cada um, na nossa não.

Então fica agendada uma reunião com o senhor vereador Jorge Gonçalves, e o senhor há-de ser contactado para se marcar essa reunião para que lhe seja explicado o fundamento das taxas e depois se ver então a forma do pagamento se for caso disso. Não são 30 dias, esse é o texto que colocamos mas pode ir, parece-me que até 3 anos, dependendo da situação económica.

A Senhora Cacilda de Ramos Arneiro, moradora na Rua de Santa Teresinha, nº 3-A, 2840-399 Seixal, disse, a nossa vinda aqui prende-se com a empresa Costa Rainho e Filhos Lda., proprietária da loja nº 3, situada na Rua de Santa Teresinha no Seixal. Iniciou as obras na referida loja em outubro, sem dar conhecimento ao condomínio. As referidas obras realizaram-se durante a semana e por vezes ao fim-de-semana, com bastante ruído incomodativo, quer para o colégio, quer para os condóminos da rua de Santa Teresinha. Em 20 de novembro realizámos uma reunião de condomínio em que o senhor se comprometeu a utilizar um aspirador doméstico manual assim como a respetiva lavagem, conforme consta da ata nº 18 da referida reunião.

Os barulhos continuaram e várias vezes chamámos à atenção o senhor, quer por mim ou também pela dona Teresa (1º dto), mas de nada valeu. Em meados de dezembro a loja abriu ao público, e a partir daí os barulhos foram constantes, prejudicando o bom funcionamento do colégio (que existe há 19 anos).

Na sexta-feira, dia 22 de Janeiro, reparei que andava a tirar medidas na entrada da loja (passeio), colocando depois duas fitas para fazer as marcações. Na 2ª feira quando cheguei ao colégio, vi que já estavam feitas duas rampas para entrada de veículos, tendo também sido colocado um dístico de estacionamento proibido. Devido à continuação do barulho, no dia 1 de Março desloquei-me à C.M.S. para apresentar uma reclamação, sobre a qual até hoje não recebi qualquer resposta.

A 2 de Março, fui à União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Paio Pires, para falar com o Senhor Presidente, mas devido à sua indisponibilidade não pôde atender, tendo sido atendida pelo Senhor Leonel.

A 18 de Março realizámos nova reunião de condomínio, em que se debateu novamente a situação do barulho vindo da respetiva loja, aí a referida empresa comprometeu-se com todos os condóminos, a resolver os problemas do barulho, fazendo as devidas alterações com os equipamentos.

Hoje dia 7 de Abril, continuo sem resposta de qualquer entidade, não obstante continuarem os referidos barulhos.

Entretanto vou passar o microfone à dona Teresa que tem mais informação.

A Senhora Teresa Maria de Almeida Domingos, moradora na Rua de Santa Teresinha, nº 3-A, 1º direito, 2840-399 Seixal, disse, fiz a reclamação no dia 29 de fevereiro e como no dia 14 de março não recebi nenhuma resposta, desloquei-me aqui à câmara com a respetiva reclamação e fui informada que estava o problema a cargo do senhor engenheiro Bruno Nunes. A senhora rececionista ligou para ele, e ele disse que não podia atender, tinha a agenda preenchida, mas que me iria receber na semana seguinte. Ainda estou à espera da resposta. No dia 18 tivemos uma reunião de condóminos com o senhor da loja do prédio, que diz que quando eu entro na câmara ele recebe logo uma chamada aqui de alguém a dizer "*a mulher está aqui outra vez a fazer queixa*". Ele disse isto, está aqui a dona Cacilda que ouviu e todos os condóminos do prédio ouviram isto.

Dia 19 de março um dos filhos do senhor deslocou-se a minha casa para ouvir o barulho e disse que de facto não se podia viver numa casa com aquele barulho, mas até hoje continua tudo na mesma, sem resposta por parte da câmara e sem resposta dos senhores.

E também pedi uma reunião ao vereador da fiscalização, que até hoje também não foi marcada. Se não podia, pelo menos uma carta ou um email podiam-me mandar a dizer que não podia haver a reunião porque não tinha disponibilidade.

C
54t



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse, eu pedi o ponto de situação desde que as senhoras se inscreveram. Deslocámo-nos ao local e foi detetado pela fiscalização da câmara municipal que houve uma fiscalização prévia do início da atividade apresentado pelo senhor. Também uma comunicação de obras de alteração de fachada, e estes processos, bem como agora recentemente foi solicitada a emissão do ruído, encontram-se em tramitação na área do urbanismo. Também relativamente à outra questão que foi identificada, de execução de rampas no passeio e de colocação de uma faixa de marcação de automóveis, aguarda-se também um parecer da área da mobilidade e trânsito da câmara municipal para que seja depois avaliado se isso será ou não autorizado, para vos comunicar.

Não receberam ainda nenhuma comunicação oficial da câmara, mas os processos estão nas áreas devidas, ou seja, as componentes selecionadas com o licenciamento daquelas alterações e da atividade bem como a emissão do ruído estão na área do urbanismo e as questões relacionadas com as alterações da envolvente no passeio estão na área da mobilidade. Assim que estes serviços emitirem o seu parecer a fiscalização poderá depois então fazer uma avaliação e aí avançar para medidas, coercivas ou não, e depois iremos informar sobre a questão do ruído. O senhor vereador estava-me a dizer, e bem, que o que a Câmara Municipal do Seixal faz nestas situações é contratar uma empresa que contacta os senhores diretamente sem nós sabermos, e depois serão os senhores, neste caso a senhora, a combinar com a empresa qual o dia e a hora que pretende que lá estejam. Nós não temos essa informação, só depois é que recebemos o relatório.

Sobre a outra questão que referiu do contacto dentro da câmara municipal, eu acho que essa é uma situação grave e eu gostaria que se fosse possível pudesse identificar quem é a pessoa que o faz.

A Senhora Teresa Maria de Almeida Domingos, disse, o senhor na reunião é que disse que quando eu entrava lhe comunicavam, "a mulher está cá outra vez", agora não sei quem é que o avisa, ele é que disse isso na reunião onde todos os condóminos ouviram.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse, porque o nosso dever enquanto autarquia é servir todos os munícipes e não haver aqui privilégios deste ou daquele. Ou seja, essa é uma situação completamente anómala e gostaria, se fosse possível, identificar a pessoa para que possamos agir em conformidade. Assim ficará apenas aquilo que alguém diz e que nunca saberemos se corresponde à verdade.

A Senhora Teresa Maria de Almeida Domingos, disse, só perguntando a ele mas também não sou eu que lhe vou perguntar.

O Senhor Vereador Paulo Cunha, disse, de tudo que referiu devo acrescentar duas coisas. Em primeiro lugar, de facto, o assunto não está no meu pelouro, apesar de ser fiscalização não está neste momento no meu pelouro mas como vi o que era o assunto tentei saber o que é que se passava junto dos serviços e fui obtendo também alguns esclarecimentos.

Das notas que tomei, o pedido de reunião não chegou a mim, portanto, eu atendo toda a gente se bem que em reuniões que me são pedidas quando estão no âmbito dos processos. Não é exatamente o caso em termos de instrução mas como estão no âmbito do processo quase sempre faço um telefonema para a pessoa explicando que não devo atender porque no âmbito do processo não faz sentido nenhum. É o instrutor que deve dirigir o processo e só se houver alguma reclamação do procedimento dos instrutores, portanto. Não chegou a mim o pedido da reunião mas é absolutamente desnecessário para o efeito, até porque veio cá, mas para deixar esclarecido que não me chegou nenhum pedido, os serviços pelo menos aquele que trabalha comigo, neste caso a secretária Marisa, não costuma falhar relativamente a esse tipo de situações.

A segunda nota tem a ver com aquilo que a senhora veio aqui dizer. Estou na fiscalização há dois anos e a experiência que tenho é que a maior parte das pessoas faz-se valer dessa situação. Quando há uma participação, quando há uma denúncia, quando há uma situação qualquer, diz sempre que tem um amigo na fiscalização, diz sempre que tem um amigo na câmara. Diz isso para ganhar vantagem relativamente à outra pessoa, para intimidar a parte contrária.



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

Finalmente a última nota que tenho em termos de ajuda, é dizer que em termos dos serviços já já tinha sido pedido um teste ao ruído, os procedimentos depois não se resolvem num mês, até para assegurar os direitos da parte contrária.

A Senhora Teresa Maria de Almeida Domingos, disse, até porque na reunião de condóminos quando demos autorização ao senhor para abrir cá em baixo da loja, não demos autorização para ele usar nem compressor nem aspirador industrial. Há ata de reunião onde se diz que ele tem que usar um aspirador manual como usamos na nossa casa, e ele disse que aquilo era lavagem manual e nunca disse que era uma lavagem automática.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse, este é o ponto da situação possível que nós podemos hoje aqui informar, vamos acompanhando esta situação através destas duas áreas, urbanismo e mobilidade e trânsito. Depois destes pareceres iremos então formular uma proposta de decisão.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- Tomada de posição: 40 anos da Constituição da República Portuguesa - Constituição de Abril, Caminho de Futuro!

TOMADA DE POSIÇÃO

40 anos da Constituição da República Portuguesa **Constituição de Abril, Caminho de Futuro!**

No dia dois de Abril de 1976 foi aprovada a Constituição da República Portuguesa, acto fundador do regime democrático que emergiu da Revolução de Abril e da Assembleia Constituinte, eleita a 1975 na 1ª eleição livre por sufrágio direto e universal no nosso país. Com este singelo texto se pretende celebrar uma das mais avançadas e progressistas constituições que o século XX havia de conhecer, e que tem provado ser, nestes anos da sua vigência, um suporte fundamental e indispensável na regulação da nossa vida democrática, mas igualmente um sustentáculo que reforça a legitimidade da luta, dos anseios e aspirações dos trabalhadores e do povo a uma vida melhor, num Portugal mais fraterno e solidário, mais livre e mais democrático.

A Constituição acolheu e consagrou as aspirações, a participação, intervenção e conquistas do povo português, tudo o que de melhor e fundamental foi conquistado na gesta libertadora que foi a Revolução democrática do 25 de Abril, esse processo em que as massas populares intervieram com a sua força criadora lado a lado com os gloriosos capitães de Abril.

A garantia da independência nacional; os direitos e liberdades fundamentais; a defesa da democracia política e da participação democrática dos cidadãos; a promoção do bem-estar e da qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses; a independência do poder judicial e a autonomia do Ministério Público; a autonomia regional e do poder local democrático são conquistas da revolução consagradas no texto constitucional.

A Constituição da República Portuguesa continua a consagrar conquistas do Povo Português que são marcas identitárias da Revolução de Abril.

Em matéria de relações internacionais, por exemplo, o texto constitucional afirma que Portugal se rege, entre outros dispositivos, pelo respeito dos direitos humanos, dos direitos dos povos, da igualdade entre os estados, da solução pacífica dos conflitos. E preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de todas as formas de agressão, nela se defendendo simultaneamente o desarmamento geral e a dissolução dos blocos político-militares.

No que se refere às tarefas fundamentais do Estado, é expresso o propósito de «promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais».

«Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei», proclama a Constituição no plano dos direitos, liberdades e garantias, onde vários artigos asseguram, por

P.
341



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

exemplo, o direito de todos à Justiça, o direito à vida – «a vida humana é inviolável», diz o artigo 24.º –, o direito à liberdade e à segurança. Como garantidas são a liberdade de imprensa, o direito de reunião e manifestação, ou a liberdade de associação.

Em matéria de direitos económicos, sociais e culturais, no texto constitucional pode ler-se que «todos têm direito ao trabalho», cabendo ao Estado, para cumprir tal desígnio, a «execução de políticas de pleno emprego». Outros direitos dos trabalhadores têm igualmente consagração constitucional, como sejam à retribuição justa, à «prestação do trabalho em condições de higiene, segurança e saúde, à conciliação da vida profissional com a vida familiar, «ao repouso e aos lazeres».

Os direitos e deveres sociais que a Constituição consagrou, como o direito à segurança social e à saúde (este por via de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e tendencialmente gratuito), o direito a uma habitação condigna, o direito a um ambiente ecologicamente sustentável, a proteção da família, à proteção da maternidade e da paternidade, do direito à educação e à cultura, assegurando a gratuitidade do ensino na escolaridade obrigatória e o seu carácter progressivamente gratuito nos restantes graus de ensino, são importantes elementos da democracia portuguesa.

A «subordinação do poder económico ao poder político democrático» é uma das disposições que figura no domínio da organização económica, área onde a Constituição continua a atribuir ao Estado importantes missões e de carácter prioritário, como sejam a de elevar o bem-estar social e económico, a qualidade de vida das pessoas, a justiça social e a garantia da igualdade de oportunidades, bem como a coesão económica e social de todo o território.

Destaque também para a garantia que é dada à coexistência de três sectores de propriedade dos meios de produção (público, privado e cooperativo e social) e, noutro aspeto, para a imposição de que o investimento estrangeiro seja disciplinado em ordem a desenvolver o País, defender a soberania e os interesses dos trabalhadores.

Dispositivos constitucionais para o aumento da produção na agricultura e na indústria, bem como para o «apoio às pequenas e médias empresas», encontram-se no articulado do texto constitucional no capítulo das políticas agrícola, comercial e industrial, ressaltando, na área financeira e fiscal, entre os objetivos desta, uma «repartição justa dos rendimentos e da riqueza», visando o IRS, em particular, a «diminuição das desigualdades».

No que toca à organização do poder político, a Constituição afirma, logo à partida, que o poder pertence ao povo, sendo garantida a separação e interdependência entre os órgãos de soberania. Garantida pelos comandos constitucionais é a independência dos tribunais (sujeitos apenas à Lei), e a autonomia do Ministério Público, com o seu estatuto próprio.

No que se refere à organização do Estado, o texto constitucional consagra a existência das autonomias regionais, do poder local democrático e das regiões administrativas.

Uma administração pública ao serviço do interesse público, desburocratizada e próxima das populações é o que determina outro dispositivo constitucional, sendo, ainda, num outro artigo, conferido aos cidadãos o «direito de ser informados pela administração».

No plano dos direitos dos trabalhadores a Constituição não é neutra e assume de forma inequívoca a sua defesa, ou seja, toma partido por aquela que é a parte mais desprotegida na relação laboral.

As forças conservadoras e retrógradas, políticas e sociais, os grandes interesses económicos e financeiros, os grandes senhores da terra, nunca se conformaram com seu projeto libertador e emancipador e viram a Constituição de Abril como um obstáculo à reposição e afirmação dos seus interesses e do seu poder perdido.

Assim sobre o seu texto, como sobre os valores que preconiza recaíram os mais violentos ataques. Procuraram em sete revisões constitucionais empobrecê-la, mutilá-la, esvaziar-lhe o seu conteúdo emancipador em todas as esferas da vida, tendo sido eliminados ou descaracterizados aspetos fundamentais da CRP abrindo caminho para o desastroso processo de privatizações, para a alienação da soberania nacional a favor das instituições supranacionais da União Europeia, para a inviabilização prática da regionalização, para a liquidação de transformações revolucionárias conquistadas pela revolução de Abril.

E, no entanto, apesar dos golpes sofridos, de vilipendiada, da desfiguração de que foi alvo, a Constituição resistiu e continua a ser portadora de um projeto de democracia que coloca, como indissociáveis, as suas vertentes política, económica, social e cultural, aliadas à defesa da soberania e independência nacionais.



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

É essa matriz consagradora de um regime de amplas liberdades e direitos - que perdura intacta e é capaz de resistir à erosão do tempo - que faz da Constituição um texto avançadíssimo e, porventura, mais atual do que nunca. Porque, enquanto referente de valores e princípios, transporta em si a força inspiradora de um projeto de construção de um Portugal livre e democrático, de progresso e justiça social.

A Câmara Municipal do Seixal, reunida em sessão ordinária no dia 7 de Abril de 2016, delibera:

1. Saudar todos os deputados constituintes, que, souberam interpretar os anseios das populações e do povo português, consagrando as vitórias históricas da revolução de 25 de Abril de 1974 no texto constitucional;
2. Saudar os militares de Abril que devolveram a dignidade e a liberdade ao povo português, bem como o direito a decidir o seu futuro;
3. Desenvolver um programa de comemorações dos 40 anos da CRP, que contribua para o seu conhecimento e para a sua ação transformadora no futuro;
4. Afirmar o compromisso de cumprir e defender a Constituição da República Portuguesa, contribuindo para passar das palavras à vida o projeto de desenvolvimento que transporta.

A tomada de posição foi subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, e por todos os Senhores Vereadores presentes, com exceção dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS e o Senhor Vereador eleito pelo PSD.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse, passamos ao período antes da ordem do dia. Trazemos hoje uma tomada de posição sobre a Constituição da República Portuguesa que comemorou no passado dia 2 de Abril 40 anos, com o título "Constituição de Abril, Caminho de Futuro!".

Há 40 anos foi aprovada a Constituição da República Portuguesa que marca o ato fundador do regime democrático que saiu da Revolução de Abril e que nos permitiu ter uma das mais avançadas e progressistas constituições que o século XX havia de conhecer. Apesar de certamente não ter sido ainda concretizada em toda a sua dimensão, mas a verdade é que tem sido um suporte fundamental e indispensável na regulação da nossa vida democrática e também naquilo que são os anseios, as aspirações dos trabalhadores e do povo para um Portugal mais fraterno, solidário, livre e democrático. Foram então instituídos um conjunto de direitos, de linhas de ação e de defesa, entre as quais a garantia da independência nacional; os direitos e liberdades fundamentais da população; a defesa da democracia política e da participação democrática dos cidadãos; a qualidade de vida do povo, bem-estar, a igualdade entre os portugueses; a independência do poder judicial e a autonomia do Ministério Público; a autonomia regional e do poder local democrático. Foram, entre muitas outras conquistas da revolução, consagradas na Constituição da República Portuguesa.

Temos também outras áreas importantes como o respeito dos direitos humanos, o direito dos povos, da igualdade entre os Estados, da paz e da solução pacífica dos conflitos, bem como também a abolição do imperialismo, do colonialismo e de todas as formas de agressão, nela se defendendo simultaneamente o desarmamento e também a dissolução dos blocos político-militares.

Compete ao Estado a tarefa fundamental de «promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais».

São direitos e deveres que a Constituição consagrou, como o direito à segurança social e à saúde (este por via de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e tendencialmente gratuito), o direito a uma habitação condigna, o direito a um ambiente ecologicamente sustentável, a proteção da família, a proteção da maternidade e da paternidade, o direito à educação e à cultura, assegurando a gratuidade do ensino na escolaridade obrigatória e o seu carácter progressivamente gratuito nos restantes graus de ensino, que apesar de naturalmente podermos concordar na generalidade, na verdade é que realmente não tem acontecido, não tem estado de acordo com a nossa Constituição.

C.
44



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

Também a subordinação do poder económico ao poder político é um objetivo que está plasmado na Constituição, mas também sabemos que todos os dias existem situações políticas que estão subordinadas ao poder económico e não vice-versa como defende a Constituição.

Também a garantia da existência de três sectores de propriedade dos meios de produção (público, privado, cooperativo e social) e também este objetivo de que o investimento estrangeiro seja disciplinado para desenvolver o País, defender a soberania e os interesses dos trabalhadores, coisa que hoje se coloca quando se discute a aquisição de ativos de interesse nacional pelo nosso vizinho aqui ao lado, como a Espanha está a tentar fazer.

Também dispõe a Constituição que a produção na agricultura e na indústria, os apoios às pequenas e médias empresas, também à política agrícola, comercial e industrial, para que haja de facto aqui uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza, para que se diminuam as desigualdades e que em termos de organização política, ou seja, a organização do poder político, a Constituição afirma que o poder pertence ao povo e, digamos assim, é garantida a independência dos tribunais e a autonomia do Ministério Público, que tem também um estatuto próprio.

No que se refere à organização do Estado, a nossa Constituição inscreve a existência das autonomias regionais, do poder local democrático e das regiões administrativas e também aqui sabemos que ainda falta esse outro passo no sentido de conseguirmos ter a regionalização, que é um caso quase de exceção no contexto da União Europeia. Somos praticamente o único país sem regiões, ou melhor, apesar de termos Madeira e Açores mas no Continente sem regiões administrativas o que é ainda um passo importante para cumprirmos em termos da nossa democracia.

Também a Constituição prevê a defesa dos interesses dos trabalhadores, os seus direitos, e que é um dos fatores também progressistas da Constituição e por isso também trazemos aqui não só esta afirmação, mas também a ideia de que várias vezes esta Constituição tem sido revista no sentido de diminuir os direitos dos trabalhadores, quer também aqui ao ataque aos serviços públicos e também à entrega de setores fundamentais do Estado para outros fatores ou para outras áreas económicas que não aquelas que representam os interesses das populações e do Estado Português.

No entanto, e apesar destas revisões que consideramos golpes naquilo que foi o texto inicial de Abril, continua ainda a ter uma matriz muito importante que a ser cumprida coloca de facto o nosso país no desenvolvimento e não no que têm sido estas políticas de austeridade que nos têm trazido retrocessos sociais e que têm colocado vários entraves à nossa vida e à nossa democracia. Aliás coisa que vamos também falar num outro ponto quando falarmos nas finanças do município, dos impactos externos a que fomos sujeitos. Por isso, queremos afirmar com esta tomada de posição, em primeiro lugar, saudar todos os deputados constituintes que souberam interpretar os anseios das populações e do povo português, consagrando as vitórias históricas da revolução de 25 de Abril de 1974 no texto constitucional; Saudar os militares de Abril que devolveram a dignidade e a liberdade ao povo português, bem como o direito a decidir o seu futuro; Desenvolver um programa de comemorações dos 40 anos da CRP, que contribua para o seu conhecimento e para a sua ação transformadora no futuro; e por fim deliberamos afirmar o compromisso de cumprir e defender a Constituição da República Portuguesa, contribuindo para passar das palavras à vida, o projeto de desenvolvimento que transporta.

Senhores vereadores a tomada de posição está apresentada com esta mensagem, de facto, positiva naquilo que foi um texto realizado há 40 anos, mas que mantém em traços muito gerais toda a atualidade, por isso estamos agora abertos, naturalmente, à sua discussão.

O Senhor Vereador Samuel Cruz, disse, em relação a esta tomada de posição que nos é aqui trazida, quero dizer o seguinte. O Partido Socialista está genericamente de acordo com aquilo que aqui está escrito, apesar de ter uma suspeita, que é a de eventualmente concordarmos com o que está escrito mas não lermos todos a mesma coisa, o que eu já explicarei adiante e que tem a ver com isto. A Constituição é uma lei, e como lei que é carece ser interpretada. Temo que aqui a interpretação trazida seja apenas uma leitura literal e os juristas são unânimes em que ler a lei de uma forma apenas literal é uma forma de interpretar mas não é normalmente também a mais correta, existem outras e, portanto, nomeadamente de acordo com aquilo que é um momento histórico com o espírito do legislador. Portanto, é nessa medida que o Partido Socialista está de acordo.



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

Como qualquer lei, uma coisa é o texto da lei outra coisa é a sua aplicação prática, porque se destina a homens e os homens desde logo são cidadãos livres onde podem por um lado não cumprir a lei. Aliás, o último governo do PSD foi exímio no seu não cumprimento apesar da legitimidade democrática que lhe advinha da eleição.

O Partido Socialista estará na disposição de subscrever esta tomada de posição naquilo que concerne ao elogio da Constituição de 1976. Coisa diferente e também contida nesta tomada de posição e que nada tem a ver, propomos a retirada do último parágrafo da página 2, que tem a ver com as revisões constitucionais. Portanto, vamos todos elogiar a Constituição de 76 e vamos, porque necessariamente divergimos, abstermo-nos de nos pronunciarmos sobre as suas revisões, não é isso que é fundamental neste momento e, portanto, com este reparo o Partido Socialista está na disposição de subscrever esta tomada de posição.

O Senhor Vereador Luís Cordeiro, disse, no que diz respeito a esta tomada de posição na sua generalidade eu estou de acordo. Algumas observações feitas, quer pelo Senhor Presidente, quer pelo senhor vereador Samuel Cruz não me chocam por aí além. O vereador Samuel Cruz disse claramente que a Constituição é uma lei e como lei naturalmente carece sempre de uma interpretação e as interpretações cada um faz pelo seu juízo, naturalmente essa é uma questão mas que o que está vertido aqui é lei e por mais interpretações que se façam aquilo que uma lei diz não pode ser globalmente contrariado. Pode ter algumas interpretações mas o contrário da mesma não deve acontecer e uma das situações que está aqui e que nos últimos anos mais tem sido vincada, e que é importante referir, é que sem dúvida nenhuma aquilo que é dito aqui em determinada altura que a subordinação do poder económico ao poder político democrático, nos últimos anos temos assistido de uma forma cada vez mais insistente que a comunidade europeia vem decidindo de uma forma que eu considero antidemocrática, sujeitando o poder político ao poder económico. Aliás, é interessante porque ainda há pouco quando estava aqui apareceu-me uma mensagem no telemóvel que diz que o senhor Mário Draghi, que está cá hoje, Presidente do BCE acho que disse neste tom, "Mário Draghi avisa que as reformas realizadas não podem ser alteradas". Isto dizer alguém que é Presidente do BCE como se essas reformas fossem decididas simplesmente pelo poder económico e financeiro. Aqui está claramente testemunhado aquilo que é até a tentativa cada vez maior do poder económico impor as suas regras à revelia do poder político, esse sim legitimamente representado. Não aceito que um membro da comunidade europeia venha lançar um aviso que nós não podemos fazer essas reformas.

Naturalmente a existência de uma Constituição com este conteúdo é extremamente incómoda para muita gente, aliás para muita gente se calhar até o preferível seria não existir Constituição e que os poderosos decidissem unilateralmente aquilo que queriam fazer no país era uma forma muito mais simpática e muito mais atrativa do que terem que se cingir a uma lei que até foi aprovada no parlamento todos os partidos políticos exceto, na altura, o CDS.

As constituições existem quando os povos começaram a ser livres porque quando os povos não eram livres e não podiam decidir por si próprios não havia constituições, as constituições não existiram desde sempre mas são claramente uma vitória da liberdade dos povos e isso é algo que justifica claramente a importância de uma constituição e por isso nunca é demais referir a importância da defesa da Constituição aprovada em 76.

O Senhor Vereador Joaquim Tavares, estamos a aprovar um texto que é, a seguir ao 25 de Abril, o momento mais importante da vida democrática do país, foi por isso possível com os partidos então representados no parlamento encontrar um texto que é considerado um dos mais avançados da Europa.

É interessante a intervenção inicial do senhor vereador Samuel Cruz porque ela confirma aquilo que tem sido a posição do Partido Socialista em relação à Constituição. O que está escrito não quer dizer para todos a mesma coisa e foi nesse conceito que ela foi aprovada e foi também com essa leitura que depois a reformaram. O estranho é que não a tenham reformado para a tornar ainda mais abrangente, para a tornar ainda não uma das mais avançadas mas a mais avançada, isso é que é estranho. Os senhores estiveram de acordo com a Constituição que foi aprovada e depois fizeram-se cedências e mais cedências e reformaram a Constituição em questões que são pedras basilares da



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

própria Constituição. Não é a mesma coisa ser tendencialmente gratuito ou ser gratuito, é completamente diferente pequenas alterações do que foram grandes alterações. Não diminuíram o todo da Constituição porque ela é tão avançada que não é possível com essas alterações diminuírem, mas não vale a pena estarmos a iludir, houve efetivamente essas tentativas, algumas delas consolidadas com outras medidas que não beneficiaram o texto da Constituição, e o que estamos aqui a valorizar é aquilo que ela ainda hoje representa mesmo com essas alterações mas não devemos esconder que foram alteradas por aqueles que a quiseram alterar e que não devem ter dúvidas nem dificuldades em aprovar um texto que diga que ela foi alterada porque assim o quiseram. Seria difícil para nós aceitarmos que se fizesse um texto comemorativo da Constituição e não referíssemos que ela teve um conjunto das alterações que não vieram beneficiar o texto inicial, antes pelo contrário, porque tomamos partido. E ainda bem que ainda hoje, a Constituição, continua a ter um valor essencial para a defesa da democracia, do Estado de direito, das regalias e das condições de trabalho dos trabalhadores, do direito ao trabalho, do direito ao ensino, o direito à saúde, pese embora alguns aspetos em que esteja fragilizada. Portanto, acho que o texto tem todo o sentido, é oportuno pela comemoração, mas é oportuno também pelo seu conteúdo e pelo que foi descrito.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse, também acho que com a proposta do PS eliminaríamos um bocadinho da história, penso que a nossa função é não só de afirmação, mas também de esclarecimento. Penso que o município na tomada de posição deve fazê-lo em termos globais e apagar a história não nos parece correto, porque na verdade nestes 40 anos há um trajeto, há um caminho, essa carta constitucional tem sido alterada. O PS talvez ache por bons motivos, mas o PCP acha pelos maus motivos. Quarenta anos depois esta nossa diferença de opinião é legítima mas é claramente marcada e é natural por isso que o PS o queira retirar porque talvez tenha vergonha daquilo que fez. Ou seja, a Constituição defendia a sociedade socialista e o PS, o partido dito socialista, muito pouco de socialismo tem realizado nestes 40 anos. Aqui no Seixal a população deu o voto maioritário ao PCP e à CDU e nesse sentido nós achamos que a história deve ser descrita como aconteceu. Por isso aconteceram sete revisões, se não estou em erro, constitucionais e na nossa opinião praticamente todas foram sempre alterações que significaram, digamos assim, piores resultados para o país, para o povo e para os trabalhadores. Claro que foram melhores para os capitalistas, para os outros países e por isso vê-se de que lado está o PCP e vê-se de que lado está ou tem estado o PS. Isto não invalida que o PS, se quiser, possa novamente colocar-se ao lado daqueles que julgam defender em termos ideológicos, ou seja, o povo, os trabalhadores e o país que é Portugal. Claro, defendendo uma matriz europeia de cooperação entre os povos com linhas de desenvolvimento e ações comuns mas nunca como a que vimos hoje, com os traços da concentração do poder político e económico nas principais potências, e os países periféricos como Portugal continuarem mais na periferia, quer da decisão, quer em termos daquilo que é o resultado prático dessas políticas na vida das pessoas.

Sintetizando, é pena de não ir mais longe, nós vamos manter esta proposta.

O Senhor Vereador Paulo Cunha, disse, é uma originalidade ter um presidente comentador que vai comentado aqui as nossas observações. Por outro lado, também dava um conselho ao Senhor Presidente, cuidado aí com o Partido Socialista, porque o Jorge Coelho já tinha dito que quem se mete com o PS leva, e agora há a nova versão João Soares. Portanto, Senhor Presidente tenha cuidado, se quiser comente aqui a nossa ala esquerda. Agora mais a sério, dizer que eu não sei se consigo ter uma intervenção muito séria depois do que ouvi por parte, sobretudo, do senhor vereador Joaquim Tavares. Mas é só para dizer que, naturalmente, não vou subscrever, não será surpresa para ninguém nem sequer os motivos e também não pensava em intervir mas depois de ouvir que andámos para trás...ó senhor vereador Joaquim Tavares, estamos em 2016, o mundo mudou ainda não se apercebeu disso? O mundo mudou, até Cuba!

A Senhora Vereadora Vanessa Silva, disse, nós naturalmente temos entendimentos diferenciados sobre as revisões da Constituição da República Portuguesa, acho que, de facto, este ato maior que foi conseguido no âmbito da aprovação da Constituição da República Portuguesa, só existiu fruto do enquadramento político que existia na época nascido da Revolução de Abril e da profunda ligação do

C
dat



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

MFA às massas populares. Sabemos que o momento que atravessamos hoje não é idêntico, de qualquer das formas importa que pensemos, de facto, o quanto estas revisões constitucionais desfiguraram a nossa Constituição da República Portuguesa. Desde questões no âmbito económico, com a irreversibilidade das nacionalizações a ter sido retirada, nós sabemos que o mundo que vivemos hoje não passou a ser melhor, aliás, o senhor vereador referiu agora que passaram 40 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa, infelizmente estamos a retroceder em muitíssimos direitos e conquistas que à data do 25 de Abril conquistámos e que a Constituição veio consagrar. Talvez por ela ser tão profundamente ligada à vida tenha a proeza de ser um texto que ainda hoje se assume como um meio fundamental no nosso país e que, apesar de tudo, constitui um elemento de unidade relativo ao caminho que as pessoas do nosso país pretendem percorrer. Continuam, não raras vezes, a ela se referir como sendo, no fundo, o seu único elemento de defesa legal.

Claro que a Constituição tem de passar das palavras para a vida das pessoas e, não estando isso conseguido, podemos até dizer que estas revisões constitucionais que foram introduzidas, algumas delas, soam a inconstitucionais. O senhor vereador Samuel Cruz, também sabe que isso é uma discussão que é feita e se há coisa em que não há unanimidade entre os constitucionalistas é, de facto, sobre as leituras que se fazem da Constituição. Mas sobre as várias revisões constitucionais que a Constituição sofreu, existem também várias leituras de inconstitucionalidade de algumas delas e, portanto, eu acho que nós temos uma belíssima proposta de tomada de posição que, independentemente de alguns dos seus considerandos, até parece que nos faz reunir algum consenso. Acho que nos une naquilo que é a sua parte deliberativa e, portanto, espero que os senhores vereadores estejam em condições de se juntar a nós nesta tomada de posição.

O Senhor Vereador Samuel Cruz, disse, a questão é meramente política e não constitucional, como é evidente. O PS votou a favor da Constituição da República Portuguesa de 76 e julgava que estava perante um documento que saudava a Constituição de 1976 e, nessa medida, mostrou-se disponível para se juntar a essa saudação. Pelos vistos não estamos perante um documento que saúda a Constituição de 1976, estamos perante um documento cuja parte fundamental são as sucessivas revisões constitucionais. Ora o Partido Socialista votou a favor das revisões constitucionais e, como é evidente, não pode subscrever um documento que afirma que essas revisões foram os mais violentos ataques à Constituição, que a empobreceram, esvaziaram, etc. A partir daí a nossa diferença de posição está evidentemente tomada, eventualmente haverá aqui algo de mais isotérico, poderemos tentar querer ser mais ou menos donos da verdade, que é aquela verdade histórica de que texto é que melhor representa a vontade dos militares do MFA? Eu diria isto, aquele que era o militar mais politizado do MFA e que esteve sempre à frente destas questões, Melo Antunes, esteve ao lado da Constituição de 76 e esteve, aliás, ao lado de algumas das revisões e estaria também, com certeza, ao lado das subsequentes. Se fosse vivo teria este entendimento, é isto que as sucessivas posições que ele foi tomando no pós 25 de Abril nos levam a crer. Há outros que têm outro entendimento, vale o que valem as opiniões e todos sabem o que é que eu acho dela.

O Senhor Vereador Luís Cordeiro, disse, volto simplesmente a colocar uma situação que tinha colocado na anterior reunião de câmara, sobre a qual o Senhor Presidente disse que não tinha conhecimento oficial mas que iria investigar, que é o início das obras na rotunda da Cruz de Pau. Sobre essa questão há duas situações que eu gostaria de obter mais alguma informação e esclarecimento. O que acontece é o seguinte, andei por lá e não consegui ver placa nenhuma de identificação da obra, isto é, se a obra está licenciada quem é o dono da obra, qual é o prazo de execução?

Também gostaria de saber se, de facto, a câmara tem conhecimento de que forma foram colocados uns sinais de trânsito no acesso à zona envolvente da obra, concretamente, quem entra na rua Infante D. Augusto e vai no sentido da Quinta da Princesa, à esquerda nasce uma rua que dá acesso àquela zona. Está aí colocado um sinal de sentido proibido e só autorizado para moradores e acesso à obra. Vi que aquilo, em princípio, não foi colocado pelo município, tem uma base de pneu com um bocado de betão e, portanto, julgo que são do tipo de sinais de trânsito que os construtores têm na sua mão. A pergunta que eu fazia era se aquela alteração de trânsito naquela rua tinha sido aprovada



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

pela autarquia? Como também existe uma outra alteração de trânsito que, na continuidade dessa rua virando à direita, vai dar às traseiras do Centro Formação Profissional do Seixal e há ali um entroncamento, no final antes de chegar ao Centro de Formação, que dá acesso àquele bairro que ali está e colocaram também uma placa de sinal de rua sem saída e colocando outro sinal a invocar às pessoas que se devem desviar daquela zona. Quer isto dizer que, quer na rua Infante D. Augusto é indicado que não se deve circular, está o trânsito proibido exceto a moradores, e quem também vem do outro lado tem uma indicação de que aquela rua não tem saída e, portanto, devem fazer o desvio. Se de facto essas alterações de trânsito foram claramente aprovadas pela autarquia? Porque, naturalmente, condicionam muita gente. É o meu caso, que faço sempre parte daquele percurso para entrar no Centro de Formação e fiquei um bocado admirado com isso, para além também de constatar algo que não é assim muito, chamo-lhe simpático para não dizer outra coisa, é que neste momento os moradores daquele prédio que está naquela rotunda têm neste momento uma estrada única de acesso. O que é interessante é que essa estrada está neste momento ladeada por máquinas de grande porte que andam a fazer uma escavação naquela zona o que, de facto, cria algumas condições em termos de circulação que não são as mais seguras visto que as pessoas para terem acesso à sua habitação têm que circular por uma estrada que fica mesmo no meio de todo aquele espaço e neste momento há obras a decorrer de um lado e do outro da estrada com grandes retroescavadoras e grandes camiões a carregar terra de uma forma contínua e insistente.

O Senhor Vereador Paulo Cunha, disse, tenho duas questões, a primeira, o ponto da situação das obras que estavam paradas aqui no Seixal, na frente Ribeirinha. A segunda questão, o ponto da situação ou o rescaldo, pergunto ao Senhor Presidente ou ao Senhor Vereador da Proteção Civil, relativamente ao prédio onde detonou aquela bomba do ATM.

A Senhora Vereador Elisabete Adrião, disse, tenho aqui algumas questões e, em primeiro lugar, gostaria de saber se foi enviado um requerimento pedido para aceder à pasta do Centro de Saúde de Corroios, se realmente esta pasta existe ou não e quando é que essa pasta será então disponibilizada? Aliás, também já agora, perguntar se para qualquer assunto tenho que efetivamente enviar requerimento ou se me posso deslocar aqui e pedir o acesso às pastas? Já aconteceu, agora não tem acontecido, gostaria de saber se isto vai ser o registo ou se há outro tipo de orientação? Outra pergunta, reparei que na pasta relativamente à Loja do Cidadão os documentos não estavam enumerados. Sei que isto é obrigatório por lei e gostaria de saber se é procedimento da câmara, enumerar ou não?

Gostaria também de saber se está prevista a criação de uma unidade comercial em Fernão Ferro, mais precisamente ali na zona dos Redondos na zona da cerâmica? E também obter informação se o edifício da entrada foi cedido à junta para instalar a nova sede da junta de freguesia de Fernão Ferro?

O Senhor Vereador Samuel Cruz, disse, três questões breves. A primeira, prende-se com algo que o vereador Luís Cordeiro nos trouxe aqui há uma semana, que tem a ver com as obras a decorrer na rotunda da Cruz de Pau. Ainda ontem lá passei, as máquinas continuam a trabalhar, não verifiquei nenhum placar, conforme é obrigatório, de licença e de alvará e, portanto, perceber o que é que se passa com aquilo.

Na mesma senda, perceber também se as obras realizadas pela AM Gonçalves, por aquilo que eu percebi entretanto para um novo *stand* da Mini, também está autorizada e se foram e se estão devidamente licenciadas? Como é evidente, aliás a propósito disto, perguntar se a câmara, porque já é um processo para aí com mais de 10 anos provavelmente a AM Gonçalves há 10 anos comprou um terreno de 20/m² para fazer um parque de estacionamento para os trabalhadores, parque de estacionamento que continua por fazer, saber se a câmara por acaso não tenta reaver aquele terreno "ao preço da uva mijona"? O argumento utilizado na altura para o preço, porque era uma utilidade pública que era o estacionamento para os trabalhadores, volvidos 10 anos parece-me evidente que quem comprou não tem qualquer intenção de fazer.

Pegando também aqui na questão que o vereador Paulo colocou, do prédio que foi evacuado em resultado da explosão causada não pela bomba mas pelo gás no multibanco, eu ouvi, não sei se corresponde à verdade, que a câmara iria assumir todos os encargos da reabilitação do prédio, que

0.
gat



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

pelos vistos tem problemas estruturais. Sucede que eu penso que ainda não está resolvido um problema de alguma forma semelhante, que foi daquele soalho que no anterior mandato caiu ali nas Cavaquinhas, a placa numa festa de anos que foi parar ao vizinho de baixo. Portanto, numa igualdade, porque isto não pode ser quando tem mais televisão e mais envolvidos ter um tratamento, quando tem menos envolvidos ter outro tratamento, há aqui uma questão de igualdade entre municípios. A minha primeira pergunta é, se vai assumir a questão da reparação do prédio agora em resultado desta explosão? E se sim, se vai ao mesmo tempo também em nome da igualdade entre os municípios assumir a reparação das Cavaquinhas?

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse, sobre esta questão do rebentamento do multibanco, eu já ia colocar essa questão, tem a ver exatamente com este caso. Fiz um despacho, depois na discussão do mesmo, no aditamento à ordem de trabalhos, penso que podíamos abordar todas as matérias que os senhores vereadores colocaram. Ia só propor o aditamento quando fôssemos para a ordem do dia, mas se quiserem distribuía-se já, será o ponto 3 na nossa ordem de trabalhos.

O Senhor Vereador Jorge Gonçalves, disse, em relação às questões das obras na Cruz de Pau, dizer que nesta data no que diz respeito à comunicação prévia, ela já foi feita e eu agora não tenho presente qual foi a data em que foi feita a liquidação das taxas correspondentes. O que não invalida algumas das questões que os senhores vereadores aqui colocaram, nomeadamente, a questão do placar da obra. Irei averiguar.

No que diz respeito às questões colocadas pelo senhor vereador Luís Cordeiro, as questões de circulação, vou verificar qual é o plano da situação que está associado aos desvios de trânsito. É verdade que há partes da propriedade que, inclusive, incluem vias que estavam de alguma forma banalizadas do ponto de vista do seu acesso. De qualquer forma, a via que se desenvolve em relação aos prédios já existentes é, em sua grande parte, domínio municipal e por isso essa tem que ser garantida, assim como o acesso, naturalmente, dos moradores ao local. O que julgo que também referiu, é verificar as questões das condições de tolerância em que essa circulação ocorre, nomeadamente, com a referência que fez em relação às questões de escavação, de qualquer das formas salvaguardada. Na emissão do projeto do estudo de loteamento que foi aprovado, essas duas acessibilidades existem na versão final. Está-se perante, naturalmente, situações de obra que tem condicionamentos e inclusive estão previstos outro tipo de ligações à rotunda da Cruz de Pau numa tentativa de escoar de forma diferente aquilo que é a entrada do trânsito da rua 25 de Abril e da rua Infante D. Augusto. É um entroncamento com dificuldade, está previsto que possa contribuir precisamente para que perca o nível de tráfego.

No que diz respeito às questões do passeio Ribeirinho, como sabem, não houve nenhuma suspensão das obras propriamente ditas, foi um condicionalismo a nível formal, são algumas autorizações para, no âmbito da Direção Geral do Património, alguns atravessamentos de rede e que tiveram que de alguma forma parar os trabalhos. Estão neste momento em três frentes de obra diferentes e inclusive está previsto que quer as obras no jardim do Seixal, no que diz respeito a redes, que possam ter maior desenvolvimento já a partir da próxima semana e que no prazo de 15 dias a três semanas possa passar para a fase 2 da Paiva Coelho. Iremos continuar a acompanhar, naturalmente, mas neste momento independentemente dos atrasos decorrentes dessas formalidades que foram cumpridas, continua a desenvolver-se.

No que diz respeito ao processo da AM Gonçalves, irei verificar se estamos a falar exatamente da mesma coisa, o processo que tramitou na câmara e que teve aprovação, mas houve verdadeiramente um processo de edificação.

Em relação às questões da unidade comercial das Laranjeiras, estava aqui a tentar questionar o que é que era para tentar perceber, porque isto a mim não me diz nada, não quer dizer que não haja um processo a decorrer, agora não há nenhum processo aprovado e não há nenhuma negociação para inclusão de uma unidade comercial da sede da junta, muito pelo contrário, porque nós temos desenvolvido já há algum tempo um processo de integração no mercado de Fernão Ferro da sede da junta esse sim em desenvolvimento. Por isso, não sei se é só ruído ou se outra coisa. Com isto, não estou a dizer que não possam vir a existir pretensões, já existiram, já caíram, mas não vejo relação,



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

nenhuma existência de pretensões, não há nenhuma aprovada nessa área com a outra questão da sede da junta. Por isso é que eu estava a pedir esclarecimento mas nem tinha apanhado essas ligações, o que nós temos sim em desenvolvimento, já teve alterações e que neste momento está terminado o programa base, é sim o projeto de ampliação do mercado de Fernão Ferro com vista à inclusão da sede, que é algo que já foi colocado, inclusive, no âmbito das GOP de 2016.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse, sobre a pasta do Centro de Saúde de Corroios, eu vou ver o que é que se passou. De facto, recebemos o requerimento do Partido Socialista, portanto, eu vou ver com o meu gabinete, para eu ver também. Já agora, eu gostava de ver as coisas antes para vos poder dar a informação correta.

Sobre a Loja do Cidadão, claro que as folhas devem estar numeradas mas eu até ia perguntar à senhora vereadora se já tem alguma informação sobre o agendamento de reunião com a Senhora Ministra porque, isso sim, ajudava-nos a ter a Loja do Cidadão. Vejo o Partido Socialista tão empenhado a tentar identificar qualquer coisa que seja estranha neste processo, porque a única coisa estranha é, de facto, mais um protocolo do PS de 2009 não cumprido. É por isso que eu gostava, como a senhora vereadora não estava cá nessa altura e agora é vereadora eleita pelo povo do Seixal, que nos ajudasse a ver se o PS consegue de facto concretizar este objetivo que é comum. Quer o PS a Loja do Cidadão, o PCP quer a Loja do Cidadão, posso dizer que o Bloco de Esquerda e o PSD também querem a Loja do Cidadão, portanto, se perguntarmos a todas as pessoas deste concelho, diria que em mais de 90% dos casos todos querem que se construa. É um objetivo comum, por isso eu pedia, já que trouxe as questões aqui à reunião, a senhora vereadora tentar a reunião com a ministra para ver se conseguimos ter a Loja do Cidadão.

Sobre a questão do terreno do parque de estacionamento, vou pedir o ponto da situação, tenho ideia que o senhor vereador Samuel Cruz já trouxe isto. Tenho ideia que já esteve em tribunal, recorde algo sobre isso, não sei se já houve decisão do tribunal, não sei se isto foi para contencioso, vou ver essa situação para perceber.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Neste período foram apreciados os seguintes assuntos, constantes no Edital nº 088/2016, e arquivados em pasta anexa à presente Ata.

1. INFORMAÇÕES

➤ **Informação n.º 081/2016** – Agenda Quinzenal de Atividades – Destaques de 06 de abril a 18 de abril.

➤ **Informação n.º 082/2016** – ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil – Agradecimento.

➤ **Informação n.º 083/2016** – Relatório de despachos proferidos, pela Chefe de Divisão de Comunicação e Imagem, Dra. Leontina de Sousa, no âmbito da delegação e subdelegação de competências decorrente do despacho n.º 8-PCM/2016 datado de 6 de janeiro, durante o mês de Fevereiro.

➤ **Informação n.º 084/2016** – Relatório de despachos proferidos, pelo Senhor Vereador Jorge Gonçalves, no âmbito da delegação e subdelegação de competências decorrente do despacho n.º 407-PCM/2015 datado de 30 de abril, entre o período de 23 de março a 4 de abril.

- ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS

E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1028/VJG/2016-309/R/07-MANUEL DA CONCEIÇÃO RODRIGUES; 1062/VJG/2016-46/R/10-AMANDINA DOS SANTOS ALBUQUERQUE). - PRETENSÕES APRECIADAS REJEITADAS LIMINARMENTE DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1012/VJG/2016-453/B/87-JOAQUIM MESTRE MARTINS CHETA)

ALVARÁ DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM - OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1025/VJG/2016-90/B/14-JOÃO PEDRO AZEVEDO PEREIRA PINHO DIAS; 1026/VJG/2016-16/B/10-ADUÁRIO LUÍS

141

C



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

NASCIMENTO RODRIGUES; 1030/VJG/2016-116/B/15-ÓSCAR COSTA RODRIGUES; 1036/VJG/2016-578/B/1985-PEDRO FARINHA LDA; 1042/VJG/2016-3/B/15-IDEIAS MARCANTES PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA.; 1044/VJG/2016-86/B/15-B J COSTA CONSTRUÇÕES, LDA.).

APERFEIÇOAMENTO - PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1021/VJG/2016-191/R/99-MANUEL JOAQUIM AMARO FIALHO).

- APERFEIÇOAMENTO DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA - PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1015/VJG/2016-52/B/16-TRINDADE FUNDO INVESTIMENTO IMOBILIARIO FECHADO).

APERFEIÇOAMENTO DO LICENCIAMENTO - PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (999/VJG/2016-58/B/2016-INTIMO INVESTIMENTOS IMOB LDA; 1050/VJG/2016-81/B/75-EDIPLUS - REABILITAÇÃO E SERVIÇOS, UNIPessoal, LDA.).

- APROVAÇÃO DO LICENCIAMENTO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1003/VJG/2016-156/B/15-DESAFIO EFICÁCIA - UNIPessoal, LDA.; 1009/VJG/2016-512/B/70-CONDOMINIO DO PREDIO SITO NA RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO 35 - FOGUETEIRO; 1022/VJG/2016-123/B/15-A.C.M-SOUSA, S.A.; 1027/VJG/2016-42/B/15-JORGE GASPAR DA COSTA; 1029/VJG/2016-66/C/83-CARLOS DOS SANTOS CRAVO; 1034/VJG/2016-54/B/15-LIRAL, UNIPessoal, LDA.; 1047/VJG/2016-1098/B/1981-CARLOS SANTOS CRAVO; 1048/VJG/2016-387/B/1988-VASCO JORGE MARTINS TOME; 1049/VJG/2016-

167/B/1979-JOSE AFONSO COELAHO MARTINS; 1056/VJG/2016-67/B/2014-IDEIAS MARCANTES PROMOÇÃO IMOBILIARIA LDA).

- AUTORIZAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS REJEITADAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1041/VJG/2016-104/B/81-CESTANJO CONTABILIDADE E GESTÃO, LDA).

- PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1038/VJG/2016-53/B/63-ARTUR DE SOUSA & OUTROS; 1045/VJG/2016-14/E/99-OLGA CRISTINA SILVA ASCENSÃO).

- AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (998/VJG/2016-117/B/2014-FRANCISCO MIGUEL MALOTO VALENTE; 1004/VJG/2016-7/B/2014-JOÃO VALENTIM PERPETUA MENDES; 1005/VJG/2016-117/R/2011-VITOR SOUTO; 1010/VJG/2016-201/B/08-ADOLFO GUEDES PEREIRA).

- AVERBAMENTO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1001/VJG/2016-36/B/01-PREDIAL ANTUNES FERREIRA III CONSTRUÇÕES LDA; 1014/VJG/2016-27/R/10-CARLOS ALBERTO PIRES; 1016/VJG/2016-127/B/02-MANUEL DE JESUS VICENTE; 1019/VJG/2016-30/R/01-JORGE DOS SANTOS COELHO; 1020/VJG/2016-100/R/06-CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL; 1052/VJG/2016-5/B/05-ANA CLÁUDIA MARTINS LOPES; 1055/VJG/2016-101/R/2006-CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL).

- CANCELAMENTO DE HIPOTECA - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS

Del



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

- SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1006/VJG/2016-15/G/97-PAULO FERNANDO DE JESUS MORGADO).
- CAUÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1002/VJG/2016-118/B/2014-LIDL).
- COMUNICAÇÃO PRÉVIA - PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1013/VJG/2016-4/C/87-AMARAL & FILHOS DISTRIBUIÇÃO, SA; 1018/VJG/2016-37/B/2016-MARIO COSTA LACERDA; 1039/VJG/2016-53/B/16-TRINDADE FUNDO INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO; 1061/VJG/2016-36/B/16-DIEGO ANDRES RENDON BUITRAGO).
- ENSAIO ESTANQUIDADE - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1031/VJG/2016-102/B/13-PEDRO MIGUEL MATIAS SOPA).
- LICENCIAMENTO DE OBRAS - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1043/VJG/2016-153/B/15-JOÃO PAULO MENDES NASCIMENTO).
- PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1017/VJG/2016-57/B/2016-DINA ISABEL CABRITA DOS SANTOS).
- LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1007/VJG/2016-505/B/95-LEONEL INACIO MOURA; 1035/VJG/2016-414/B/72-MARIA MARGARIDA FERREIRA TEIXEIRA; 1064/VJG/2016-19/R/08-ANTÓNIO GOMES DOS SANTOS).
- PRETENSÕES APRECIADAS REJEITADAS LIMINARMENTE DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1011/VJG/2016-424/B/89-LUISA ALBANO VIOLANTE AGOSTINHO).
- PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1063/VJG/2016-49/B/16-CONSTRUTORA RODRIGUES & MONTEIRO).
- OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1058/VJG/2016-40/B/15-DANIEL JOAQUIM LAMEIRO LETRA).
- PEDIDO DE DESTAQUE - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1065/VJG/2016-513/B/88-ESTRIBEIRO-MOR - CONSTRUÇÕES, GESTÃO E LOCAÇÃO, LDA.)
- PROJECTO DE ALTERAÇÕES - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1059/VJG/2016-240/B/81-MARIA ODETE DAS NEVES FERNANDES DOS SANTOS NUNES).
- PROJECTO DE ALTERAÇÕES - ESPECIALIDADES - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1033/VJG/2016-103/B/14-VICTOR PATRICA CONSTRUÇÕES UNIPESSOAL, LDA.).
- PROJECTO DE ARQUITECTURA - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1037/VJG/2016-483/B/88-JOSÉ ROLO CORDEIRO; 1040/VJG/2016-33/R/11-DESAFIO EFICÁCIA UNIPESSOAL LDA.;



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

1051/VJG/2016-204/B/15-JOÃO PAULO MENDES NASCIMENTO).

- PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1046/VJG/2016-44/B/89-JOSÉ CARLOS BRANDÃO).

PROJECTO DE ARQUITECTURA E ESPECIALIDADES - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1057/VJG/2016-1/B/11-M.FARINHA - INVESTIMENTOS E PROMOÇÃO IMOBILIARIA, LDA.).

- PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPACHOS Nº (S) (1008/VJG/2016-121/DAG/2016-PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE UM SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO P/OPERACIONALIZAÇÃO E MANUT. DAS MÁQ. EXISTENTES NO ESPAÇO MEMÓRIA TIPOGRAFIA POPULAR. VALOR ESTIMADO 18.000,00 EUROS + IVA).

- PRORROGAÇÃO DE ALVARÁ DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1000/VJG/2016-22/C/97-KO-MAT, LDA.).

- SUBSTITUIÇÃO DE EMPREITEIRO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1023/VJG/2016-34/B/01-PREDIAL ANTUNES FERREIRA II-CONSTRUÇÕES LDA.; 1053/VJG/2016-36/B/01-PREDIAL ANTUNES FERREIRA II - CONSTRUÇÕES, LDA.).

- SUBSTITUIÇÃO DE TÉCNICO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S)

(1024/VJG/2016-34/B/01-PREDIAL ANTUNES II-CONSTRUÇÕES LDA.).

SUBSTITUIÇÃO DO DIRETOR TÉCNICO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1054/VJG/2016-36/B/01-PREDIAL ANTUNES FERREIRA II - CONSTRUÇÕES, LDA.).

- VISTORIA-ENSAIOS - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHOS Nº (S) (1032/VJG/2016-103/B/14-VICTOR PATRICA CONSTRUÇÕES UNIPESSOAL, LDA.; 1060/VJG/2016-66/B/15-MÉRITO COMTEMPORÂNEO UNIPESSOAL, LDA.).

➤ **Informação nº 085/2016** – Relatório de despachos proferidos, pela Diretora do Departamento da Educação, Cultura e Juventude, Dra. Ana Oliveira Silva, no âmbito da delegação e subdelegação de competências decorrentes do despacho n.º 407-PCM/2015 datado de 30 de abril, referente ao mês de março.

➤ **Informação nº 086/2016** – Relação de despachos proferidos, pelo Senhor Diretor do Departamento de Obras, Equipamentos e Espaço Público, Engº Jorge Didelet, no âmbito da delegação e subdelegação de competências decorrente do despacho n.º 407-PCM/2015 datado de 30 de abril, referente ao mês de março.

➤ **Informação nº 087/2016** – Relação de despachos proferidos, pelo Senhor Diretor do Departamento de Obras, Equipamentos e Espaço Público, Engº Jorge Didelet, no âmbito da delegação e subdelegação de competências decorrente do despacho n.º 407-PCM/2015 datado de 30 de abril, referente ao mês de fevereiro.

➤ **Informação nº 088/2016** – Relatório de atividades das seguintes unidades orgânicas: Departamento de administração Geral e Modernização Administrativa; Divisão de Administração Geral; Divisão de Atendimento Público e Modernização Administrativa, referente ao mês de fevereiro.

➤ **Informação nº 089/2016** – Pelouro do Desporto, Obras e espaço Público – Correspondência recebida – Autoridade nacional de Proteção Civil – Comando Distrital

94⁺



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

de Operações de Socorro de setúbal – Agradecimento.

➤ **Informação nº 090/2016** – Relatório de atividades da Divisão de Desporto, referente ao 1º trimestre de 2016.

➤ **Informação nº 091/2016** - Relação de despachos proferidos pelo Senhor Vereador José Carlos Marques Gomes, no âmbito da delegação e subdelegação de competências decorrente do despacho nº 407-PCM/2015 datado de 30 de abril de 2015, nos termos do ponto V do despacho supra e do nº 1 do art. 39º do CPA (Código do Procedimento Administrativo), referente ao mês de março.

- Despacho n.º016/VJCG/2016 de 02 de março, execução de contrato (Proc.º4503/DD/2016-Contrato de Fornecimento n.º20/DA/2004) referente ao fornecimento de gás para os Pavilhões Desportivos Municipais, adjudicado á empresa SETGÁS COMERCIALIZAÇÃO, S A, pelo montante de €9.719,38 (nove mil, setecentos e dezanove euros e trinta e oito cêntimos),acrescido de lva à taxa legal em vigor;

- Despacho n.º017/VJCG/2016 de 04 de março, aprovação de abertura de procedimento para a prestação de serviços técnicos no âmbito da elaboração e no desenvolvimento de planos de ação específicos das atividades desportivas regulares e pontuais direcionadas na dinamização e evolução da prática desportiva da população do concelho (Proc.86/DAG/2016), pelo valor base de €16.603,52 (dezasseis mil seiscentos e três euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor;

- Despacho n.º018/VJCG/2016 de 04 de março, aprovação de abertura de procedimento para prestação de serviços técnicos no âmbito da elaboração e no desenvolvimento de planos de ação específicos das atividades desportivas regulares e pontuais direcionadas na dinamização e evolução da prática desportiva da população do concelho (Proc.84/DAG/2016), pelo valor base de €15.665,94 (quinze mil, seiscentos e sessenta e cinco euros e noventa e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor;

- Despacho n.º019/VJCG/2016 de 04 de março, aprovação de abertura de procedimento para prestação de serviços

técnicos no âmbito da elaboração e no desenvolvimento de planos de ação específicos das atividades desportivas regulares e pontuais direcionadas na dinamização e evolução da prática desportiva da população do concelho (Proc.83/DAG/2016), pelo valor base de €21.299,72 (vinte e um mil duzentos e noventa e nove euros e setenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor;

- Despacho n.º020/VJCG/2016 de 04 de março, aprovação de abertura de procedimento para aquisição de prestação de serviços de contabilidade para o apoio que a divisão de desporto presta ao Movimento Associativo, nomeadamente na área de fiscalidade e contabilidade (Proc.81/DAG/2016), pelo valor base de €11.780,06 (onze mil setecentos e oitenta euros e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor;

- Despacho n.º021/VJCG/2016 de 10 de março, aprovação de abertura de procedimento para aquisição de produtos químicos para tratamento e manutenção da qualidade da água dos tanques das Piscinas Municipais de Amora e Corroios, de modo a garantir os parâmetros de qualidade da água dentro de valores estabelecidos na Diretiva Nacional de Qualidade (Proc.º DD/173/DAG/2016), pelo valor base de €16.660,66 (dezasseis mil seiscentos e sessenta euros e sessenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor;

- Despacho n.º022/VJCG/2016 de 10 de março, aprovação de abertura de procedimento para aquisição de lavadoras aspiradoras para as piscinas Municipais de Amora e Corroios, (Proc.º DD/174/DAG/2016), pelo valor base €9.049,89 (nove mil quarenta e nove euros e oitenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor;

- Despacho n.º023/VJCG/2016 de 15 de março, aprovação de adjudicação para prestação de serviços técnicos no âmbito da elaboração e no desenvolvimento de planos de ação específicos das atividades desportivas regulares e pontuais direcionadas na dinamização e evolução da prática desportiva da população do concelho, á empresa Ondaneptuno, Unipessoal, Lda., (Proc.84/DAG/2016), pelo montante de €15.665,94 (quinze mil, seiscentos e sessenta

541 0



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

e cinco euros e noventa e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor;

- Despacho n.º024/VJCG/2016 de 16 de março, aprovação de adjudicação para aquisição de prestação de serviços de contabilidade para o apoio que a divisão de desporto presta ao Movimento Associativo, nomeadamente na área de fiscalidade e contabilidade (Proc.81/DAG/2016), á empresa Carlos Lapa – Gabinete de Economia, Contabilidade, Lda., pelo montante de €11.780,06 (onze mil setecentos e oitenta euros e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor;

- Despacho n.º025/VJCG/2016 de 17 de março, aprovação de adjudicação para prestação de serviços técnicos no âmbito da elaboração e no desenvolvimento de planos de ação específicos das atividades desportivas regulares e pontuais direcionadas na dinamização e evolução da prática desportiva da população do concelho (Proc.83/DAG/2016), á empresa Full Corporation, Unipessoal Lda., pelo montante de €21.299,72 (vinte e um mil duzentos e noventa e nove euros e setenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor;

- Despacho n.º026/VJCG/2016 de 17 de março, aprovação de adjudicação para a prestação de serviços técnicos no âmbito da elaboração e no desenvolvimento de planos de ação específicos das atividades desportivas regulares e pontuais direcionadas na dinamização e evolução da prática desportiva da população do concelho (Proc.86/DAG/2016), á empresa Hugo Palma, Unipessoal, Lda., pelo montante de €16.603,52 (dezasseis mil seiscentos e três euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor;

- Despacho n.º027/VJCG/2016 de 23 de março, aprovação de revogação de abertura de procedimento para aquisição de lavadoras aspiradoras (Proc.º DD/174/DAG/2016) pelo valor base €9.049,89 (nove mil e quarenta e nove euros e oitenta e nove cêntimos), acrescido de IVA, dado o concorrente Orbivendas - Equipamentos Manutenção Industrial, S.A., não ter apresentado a proposta dentro do prazo fixado para a apresentação da mesma, estipulado no convite que lhe foi dirigido;

- Despacho n.º028/VJCG/2016 de 30 de março, aprovação da minuta do contrato para

aquisição de serviços técnicos no âmbito da elaboração e no desenvolvimento de planos de ação específicos das atividades desportivas regulares e pontuais direcionadas na dinamização e evolução da prática desportiva da população do concelho, adjudicado à empresa Full Corporation, Unipessoal Lda.;

- Despacho n.º029/VJCG/2016 de 30 de março, aprovação da minuta do contrato para aquisição de serviços técnicos no âmbito da elaboração e no desenvolvimento de planos de ação específicos das atividades desportivas regulares e pontuais direcionadas na dinamização e evolução da prática desportiva da população do concelho, adjudicado à empresa Hugo Palma, Unipessoal Lda.;

- Despacho n.º030/VJCG/2016 de 30 de março, aprovação da minuta do contrato para aquisição de prestação de serviços de contabilidade que o Projeto de Apoio ao Movimento Associativo, no âmbito do Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo do Concelho do Seixal, presta às coletividades, adjudicado à empresa Carlos Lapa – Gabinete de Economia, Contabilidade, Lda.;

- Despacho n.º031/VJCG/2016 de 30 de março, aprovação de abertura de procedimento (Proc.º DDSD-328/DAG/2016), para aquisição de serviços de transporte dos alunos das Escolas Básicas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância para as instalações Desportivas Municipais para iniciativas diversas, pelo valor base de €22.069,83 (vinte e dois mil sessenta e nove euros e oitenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

- Despacho n.º032/VJCG/2016 de 31 de março, aprovação da minuta do contrato para aquisição de prestação de serviços técnicos no âmbito da elaboração e no desenvolvimento de planos de ação específicos das atividades desportivas regulares e pontuais direcionadas na dinamização e evolução da prática desportiva da população do concelho, adjudicado à empresa Ondaneptuno, Unipessoal Lda.

➤ **Informação nº 092/2016** – Relatório de atividades do Gabinete do Partido Médico Veterinário, referente ao ano de 2016.

➤ **Informação nº 093/2016** – Relatório de atividades do Gabinete de Intervenção Veterinária, referente ao 1º trimestre de 2016.

541



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que a Câmara Municipal já tomou posse administrativa de vários imóveis e tem feito obras coercivamente. No caso concreto, trata-se de um estado de necessidade pelo que, necessita de uma deliberação da Câmara Municipal, para que se possa adotar os procedimentos mais céleres de modo a resolver o problema.

2. Deliberação nº 091/2016-CMS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015. APROVAÇÃO.

Proposta:
Presidência.

“Nos termos do Dec-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei nº 60-A/2005 de 30 de dezembro, e tendo o disposto do Dec-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e da alínea i) do nº 1 do art. 33º do anexo à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, alterado pela Lei nº 7-A/2016 de 30 de março, que alterou a Lei nº 169/99 de 18 de setembro, proponho a aprovação do Relatório de Atividades e dos Documentos de Prestação de Contas de Exercício de 2015, que contem em anexo a avaliação financeira do Município à execução do plano de consolidação orçamental, nos termos e para efeitos do disposto no nº 7 do art. 58º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, alterada pela Lei nº 7-A/2016 de 30 de março.

Mais proponho que, nos termos e para os efeitos da alínea l) do nº 2 do art. 25 do anexo à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, alterado pela Lei nº 7-A/2016 de 30 de março, que alterou a Lei nº 169/99 de 18 de setembro, esta proposta seja submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Os documentos de prestação de contas elencados encontram-se integralmente elaborados, foram presentes à presente Reunião e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados (sendo que alguns já foram objeto de aprovação – vide (a), em cumprimento do disposto na Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção do Tribunal de Contas, publicada na II Série do Diário da República, n.º 191, de 18 de agosto de 2001.

O Proponente
O Presidente da Câmara
Joaquim Cesário Cardador dos Santos”

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por maioria com seis votos a favor do Senhor Presidente da Câmara Joaquim Cesário Cardador dos Santos, e dos Senhores Vereadores Jorge Osvaldo Dias dos Santos Gonçalves, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, José Carlos Marques Gomes, Maria Manuela Palmeiro Calado, quatro votos contra dos Senhores Vereadores Samuel Pedro da Silva Cruz, Eduardo Manuel Rodrigues, Elisabete Manuela Pereira Adrião e Paulo Edson Carvalho Borges da Cunha e uma abstenção do Senhor Vereador Luís Manuel Rendeiro Cordeiro, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, iniciou a sua intervenção abordando três notas iniciais que julga importantes. A primeira tem que ver com a manutenção dos fatores externos negativos ao município e à população. Estamos ainda a viver resultados da política de austeridade, atualizando as contas relativamente às cinco receitas estruturantes do PCO. Em sete anos a Câmara Municipal perdeu 93,6 milhões de euros. Quer em termos de IMT, de Derrama, loteamento e obras, de venda de bens e serviços, e de transferências do orçamento de Estado. Esclareceu que, mesmo neste quadro difícil e complexo, como é bem evidente no Relatório e Contas de 2015 e nos documentos que o suportam, o Município do Seixal tem vindo a conseguir materializar os compromissos assumidos com a população, merecendo especial destaque a reforçada aposta na qualificação do serviço público prestado às populações, nomeadamente o investimento na higiene urbana, águas e

541 C



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

saneamento, na educação, na mobilidade e trânsito, na reabilitação urbana, no desporto e na cultura, na área social, entre outras. Referiu que, uma grande parte dessas intervenções foram realizadas com recurso à administração direta, demonstrando uma vez mais a enorme capacidade dos trabalhadores da Administração Pública Local, ainda que, fruto da ingerência do Poder Central na autonomia do Poder Local, tenham visto sair em 2015 mais 23 trabalhadores, principalmente da área operacional, o que tem trazido ano após ano dificuldades acrescidas para a realização do serviço público de qualidade que é prestado à população. Disse que, permaneceu a Lei de compromissos e pagamentos em atraso, que julga ser cerceadora do investimento do município, pois obriga a que, qualquer obra seja de imediato cabimentada pelo seu valor total. O segundo ponto que apresentou, é um ponto positivo, e que é a demonstração real da capacidade do município, que pesem embora essas dificuldades, conseguiu-se ampliar o serviço público prestado, como se conseguiu criar novos investimentos, aprovar importantes planos de investimento e envolver a população em mais espaços de participação, e ainda se conseguiu ter bons indicadores de gestão económicos ou financeiros. Disse que, em termos dos novos investimentos, sobressaem o estádio municipal do Seixal, a creche da Arifa, o passeio Ribeirinho, o novo Posto de Turismo, a nova sede da Junta do Seixal, a sede da Casa do Educador, a ponte Pedonal e Clicável na Arrentela /Amora. Salientou as várias requalificações realizadas em 2015 em espaços exteriores, nomeadamente os parques infantis e equipamentos escolares que foram melhorados, bem como o apoio ao movimento associativo com várias obras de requalificação. Disse ainda que, com a conclusão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal, sendo este um instrumento estruturante para uma nova e decisiva fase de qualificação e valorização do território, veio trazer a implementação de novos projetos em áreas de expansão e dinamização económica. Relativamente ao quadro do Projeto Estratégico do Arco Ribeirinho Sul, disse que o Município do Seixal viu aprovada uma candidatura ao maior programa de financiamento europeu, o Horizonte 2020. Integrando um consórcio com Espanha e Itália, Portugal está representado no Projeto BRODISE pelo Município do Seixal, Madan Parque – Associação do Parque Tecnológico Almada/Seixal e pela Baía do Tejo, SA. Também no âmbito do Projeto Arco Ribeirinho Sul, em conjunto com a entidade gestora dos territórios e os municípios do Barreiro e Almada, foi aprovada uma candidatura para a elaboração do Plano de Marketing Territorial. Ambos os projetos estão em franco desenvolvimento. Assistiu-se a uma participação intensa do Município do Seixal na preparação da EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para a Região de Lisboa e no futuro Plano de Ação das operações que integrarão o PORL 2020, bem como no Plano Estratégico da Península de Setúbal 2014-2020. Falou também na dinamização da Incubadora de Empresas, com o lançamento de mais uma fase concursal, na instalação de novas *start-ups*, na divulgação e apresentação junto de diversos centros de conhecimento, tecnologia e investigação da região de Lisboa e a intensificação da parceria com o Madan Parque, ao nível da realização de ações junto do tecido económico local. Referiu a continuidade do Projeto de Diagnóstico ao Tecido Económico Local, com a deslocação a mais 22 empresas em 2015, perfazendo até hoje um total de 200 empresas visitadas. Esclareceu também a prossecução dos projetos de qualificação dos Parques de Atividades Económicas, com a elaboração da 1.ª Fase do Estudo das Condições de Segurança das Empresas e dos seus Trabalhadores, no âmbito do Conselho Municipal de Segurança. Acrescentou o prosseguimento da valorização da frente ribeirinha do Seixal, através da dinamização da Estação Náutica Baía do Seixal (ENBS), com a requalificação do fundeadouro municipal e a divulgação e apresentação do projeto a mais de 50 operadores marítimo-turísticos do estuário do Tejo. Em 2015, a ENBS efetuou cerca de 3.000 serviços de marinheiro (vaivém), recebeu 3.500 tripulantes e 521 embarcações, com destaque para os mercados externos de Bélgica, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido, Alemanha e Holanda. Disse que em 2015, procedeu-se à requalificação do Posto Municipal de Turismo, aproveitando um antigo edifício no núcleo urbano antigo do Seixal, mais próximo do centro do mesmo e junto da Estação Náutica Baía do Seixal. Relativamente à participação da população assistiu-se ao Fórum Seixal que contou com mais 10 sessões descentralizadas, umas sobre temas estruturantes para o município, como a municipalização da educação, a gestão pública da água e saneamento, a reconversão urbanística, a Carta Social do Seixal, o Plano de Desenvolvimento Desportivo do Seixal e a apresentação da intervenção de requalificação do passeio ribeirinho do Seixal, e outras mais específicas, com moradores, sobre obras de proximidade a realizar pela Câmara Municipal do Seixal e juntas de freguesia. Manteve-se o modelo de reuniões de câmara



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

descentralizadas e em horário pós-laboral, facilitando a participação de todos, sendo que em 2015 se realizaram 33 reuniões de câmara. Por outro lado, em termos de indicadores positivos, conseguiu-se diminuir a dívida em quase dez milhões de euros, e renegociou-se o plano de consolidação orçamental possibilitando uma poupança de cerca de sete milhões de euros em juros nos próximos doze anos. Esclareceu ainda que a receita cresceu cerca de três milhões e meio de euros, e transitou com um saldo real de cinco milhões e meio. Tudo isso foi obtido, apesar de todos os constrangimentos e cortes previstos no orçamento de estado. E por outro lado a dívida crescente à Câmara que ascende a quarenta e sete vírgula, três milhões de euros. Acrescentou uma nota, em relação à ausência do poder central durante o ano de 2015, exceto na cobrança de impostos. Referiu, sobre o Hospital do Seixal, que apesar das palavras do senhor ministro, não se vê qualquer ação nesse sentido. O mesmo se passa com os centros de Saúde. Em relação à loja do cidadão, pese embora, todo o esforço do PS local, não se vislumbra qualquer alteração. Falou da Divisão Policial do Seixal, e dos Quartéis da GNR, a situação também se mantém, inclusive existe um protocolo de 2009, que o senhor secretário de Estado desconhecia. Relativamente aos Quartéis de Bombeiros, tiveram conhecimento que não vão haver fundos europeus para novos quartéis. Sobre a extinção de freguesias, aguarda-se que o partido socialista aprove as iniciativas legislativas do PCP, para reposição das freguesias no Concelho do Seixal. Disse ainda que, sobre o projeto Arco Ribeirinho Sul, terão que ser os municípios a procurar investimento no estrangeiro, porque o governo não acompanha, nem tem qualquer iniciativa nessa matéria. Esclareceu que sobre o financiamento das AUGI, apesar de haver enquadramento legal para o efeito, o orçamento do estado não prevê quaisquer verbas. Relativamente à intervenção da Escola Secundária João de Barros e da Escola Paulo da Gama, teve conhecimento de que o governo abriu concurso para a intervenção necessária que irá durar dezasseis meses, o que significa que se irá bater um record de tempo de obras paradas. Em relação à unidade de cuidados continuados da Arrentela, um projeto de muita importância, ainda aguarda decisão governamental. Disse ainda que, o Município do Seixal apresenta um resultado líquido do exercício de 2015 no montante de 15.244.364,67€, o que configura, pelo 6.º ano consecutivo, exercícios onde os proveitos superam os custos, demonstrando uma consolidação crescente da situação económica e financeira da Câmara Municipal do Seixal, registando ainda uma diminuição de 9,7M€ de dívida, significando menos 10,8% em relação à existente em 2014, situação esta que vai permitir avançar com um conjunto importante de investimentos prioritários, que serão uma mais-valia importante para a população. São disso, exemplo o início das obras em 2016 da EB1/ /JI de Santa Marta do Pinhal, do Núcleo de Náutica de Recreio de Amora, bem como, a obra de execução da Praça Central da Torre da Marinha e os desenvolvimentos dos processos de concurso do Centro Distribuidor de Água de Fernão Ferro e da Piscina Municipal da Aldeia de Paio Pires. Esclareceu também que no Seixal, concelho de Abril, apesar das tormentas impostas ao Poder Local Democrático, aos trabalhadores, às instituições e à população, em 2015, tem-se vindo a conseguir prosseguir firme nas águas tempestuosas da vida, este desafio de levar o nosso concelho cada vez mais longe, rumo a um futuro de progresso e qualidade de vida. Em conclusão disse que, pese embora as dificuldades que foram colocadas de forma continuada, estas, foram ultrapassadas, pois houve uma capacitação para o efeito e ressalvou que muitas vezes sem intervenção governamental.

O Senhor Vereador Jorge Gonçalves, disse que ao longo do ano de 2015, o planeamento estratégico territorial do concelho do Seixal foi firmado com a aprovação do novo Plano Diretor Municipal (PDM) e a sua publicação em *Diário da República* a 4 de março. Esta capacidade de planeamento urbanístico e ordenamento do território de forma equilibrada potencia o desenvolvimento económico e a criação de emprego, assim como potencia a conclusão dos processos de reconversão urbanística. Esclareceu que apostaram na reabilitação urbana, estando a decorrer neste momento importantes intervenções no espaço público e equipamentos, como são os casos da requalificação do Passeio Ribeirinho do Seixal, da Sede da Casa do Educador em Amora, ou a Ponte Pedonal entre Amora e Arrentela, permitindo assim fomentar novos processos de reabilitação nos núcleos urbanos antigos. Informou que o Programa de Desenvolvimento Integrado do Concelho do Seixal foi iniciado e definidas as linhas de orientação para a sua conceção, com vista à identificação dos pontos críticos existentes no concelho, para a obtenção de medidas políticas que contribuam uma maior e melhor qualidade de vida. Disse ter havido um acompanhamento do Plano

3/11



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

de Estrutura da área da ex-Siderurgia Nacional, bem como o desenvolvimento e operacionalização dos Planos de Pormenor Baía Sul, Zona Ribeirinha da Amora e Torre da Marinha-Fogueteiro. No âmbito do Projeto do Arco Ribeirinho Sul, este desenvolvido pelas autarquias do Seixal, Barreiro e Almada, sendo concretizado o protocolo que permitiu avançar com a promoção internacional destes territórios, tendo sido lançada a marca Lisbon South Bay. Por outro lado, houve também um acompanhamento dos processos de reconversão urbanística, quer no âmbito do procedimento de suspensão parcial do PDM, quer no âmbito da publicação do PDM, quer ainda no âmbito de Planos de Pormenor (PP). Ao longo do ano foram aprovados estudos de loteamento com a emissão das respetivas condições de alvará de 3 AUGI, num total de 56,6 Hectares (Morgados Novos, Pinhal Conde da Cunha Fase VI e Quinta das Flores) e estão a tramitar 12 processos com vista à aprovação dos respetivos estudos de loteamento, num total de 107 Hectares. Foram acompanhados e desenvolvidos 28 processos no âmbito da ARU (Áreas de Reabilitação Urbana) com vista à valorização dos núcleos urbanos antigos do Seixal, Arrentela, Amora e Aldeia de Paio Pires. Esclareceu que houve um desenvolvimento de diversos estudos e projetos de requalificação do espaço público e equipamentos, com destaque para a requalificação do Mercado Municipal da Cruz de Pau, Centro Cultural da Amora, Parque Urbano D. Maria-Seixal, Estádio Municipal do Seixal e ampliação do Mercado Municipal de Fernão Ferro e também um acompanhamento de várias intervenções no âmbito do espaço público, com destaque para o início das obras de prolongamento do Passeio Ribeirinho do Seixal e a Ponte Pedonal da Fraternidade. Realçou o término da requalificação da Casa do Educador, execução da requalificação dos espaços exteriores, infraestruturas e rede de drenagem pluvial da 2.ª fase da urbanização de Santa Marta do Pinhal, em Corroios, e parque de estacionamento e arranjos exteriores em Pinhal de Frades. Informou que foram diligenciadas junto do Governo a concretização dos seguintes projetos / ações, nomeadamente apoio à reconversão urbanística, através do financiamento governamental ao nível das infraestruturas, um levantamento da servidão militar do depósito de munições da Nato, que não permite a reconversão do Pinhal da Palmeira e afeta outras AUGI, e ainda a prorrogação e aprovação da nova Lei das AUGI. No que se refere às questões relacionadas com a cultura e património, o Município do Seixal disse que se tem procurado criar formas de inovação que fossem ao encontro não só dos objetivos de desenvolvimento cultural do Município e de formação da cultura integral dos indivíduos, bem como das expectativas dos munícipes, sendo de destacar a preparação da abertura ao público da Oficina de Artes Manuel Cargaleiro e o trabalho de conceção e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Cultural do Concelho, e a criação do Conselho Municipal de Cultura, em estreito envolvimento com o movimento associativo cultural. Disse que no âmbito das questões patrimoniais, aprofundou-se o trabalho relacionado com o edificado municipal, tanto na concretização de obras de manutenção, como na elaboração de projetos de intervenção na perspetiva da sua requalificação. Deu-se continuidade ao trabalho de estudo, investigação e documentação de sítios e coleções arqueológicas, técnicas e científicas. Relativamente às medidas e ações desenvolvidas em 2015 destacou as comemorações do 25 de Abril, tendo-se registado cerca de 40.000 espetadores no espetáculo comemorativo que decorreu a 24 de abril, a programação regular dos auditórios culturais, galerias municipais de exposições, bibliotecas públicas, embarcações tradicionais, núcleos e extensões do Ecomuseu Municipal, o desenvolvimento dos projetos estruturantes culturais como o Apre(e)nder o Teatro, Festival Internacional SeixalJazz, SeixalJazz Vai à Escola, Festival de Teatro, Livro em Festa, Estação do Livro, Maio Património, S. Martinho no Moinho, Gala S. Vicente dos Pequenos Cantores, Conversas com a Escrita e Autores da Nossa Terra e consequente desenvolvimento do trabalho no âmbito dos serviços educativos. Por outro lado houve aprofundamento da relação de parceria com o movimento associativo cultural, através da realização da Mostra Cultural Associativa e da criação do Conselho Municipal para a Cultura. Realizaram-se as Festas Populares de São Pedro e apoio às Festas Populares do Concelho do Seixal, preservando e divulgando práticas e expressões da cultura popular. Falou do desenvolvimento do projeto de promoção do livro e da leitura, através da realização de iniciativas e atividades educativas como exposições, ateliês, animações de leitura, entre outras – O Livro em Festa, Dar de Volta, Vitória Vitória... Não Acabou a História, Dá-me Música, Autores da Nossa Terra e Noite na Biblioteca. Salientou também o desenvolvimento do trabalho no âmbito do Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares, tendo como princípio fundamental a consecução dos objetivos de educação das

541



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

bibliotecas públicas – Estação do Livro. Informou também da prossecução dos processos de investigação e documentação de sítios e coleções arqueológicas, técnicas, científicas e outras, complementadas com ações de recolha e sistematização de informação relacionada com diferentes manifestações culturais materiais e imateriais no âmbito local e regional; incorporação de acervo, intervenções de vistoria, conservação preventiva e curativa nos núcleos e extensões museológicas. Salientou o desenvolvimento do projeto e preparação da obra do Centro Internacional de Medalha Contemporânea, perspetivando o início da mesma para no 1.º semestre de 2016, valorizando dessa forma a Quinta da Fidalga como polo cultural de referência e do desenvolvimento do trabalho no âmbito da preservação do património material e imaterial; da continuidade do processo de conceção do Plano Municipal de Desenvolvimento Cultural do Concelho do Seixal, através dos seus grupos de trabalho para aprofundamento da reflexão e desenvolvimento do trabalho. Falou das diligências junto do Governo e da concretização dos seguintes projetos / ações, a saber no quadro específico de redução do IVA para a aquisição de instrumentos musicais, valorizando o esforço das coletividades na promoção de bandas filarmónicas; por outro lado a recuperação do património existente na área da ex-Siderurgia Nacional, nomeadamente do alto-forno, recentemente classificado como património nacional, com a criação de museu, no âmbito do Projeto do Arco Ribeirinho Sul. Finalmente salientou o quadro financeiro de apoios para a recuperação patrimonial, preservando importantes equipamentos da história do município, potenciando o seu conhecimento junto das populações, nomeadamente das crianças e jovens. Mobilidade e Transportes. No decorrer do ano 2015, relativamente à questão da mobilidade e transportes foi assegurada pela autarquia através do planeamento e acompanhamento de projetos nesta área, com mais relevância para a realização de planos de mobilidade, assim como a criação de condições de transitabilidade nas vias municipais, reforço da mobilidade pedonal e intervenções para a melhoria da segurança e fluidez do tráfego rodoviário. Em relação ao sistema de mobilidade e transportes coeso permitiu uma melhoria significativa da mobilidade das populações, assim como um incremento ao desenvolvimento da economia, uma política contrária à que tem sido seguida pelos governos, que se tem caracterizado pelos constantes aumentos de preços dos passes, bilhetes e tarifas, cortes na oferta e cobertura de transportes públicos. Relativamente às medidas e ações desenvolvidas em 2015 indicou o acompanhamento junto das IP – Infraestruturas de Portugal da gestão da rede de estradas nacionais e autoestradas no concelho do Seixal, com incidência para obra da rotunda da EN 378, a conclusão do projeto da faixa clicável, entre Arrentela e Seixal, com a aprovação nas Infraestruturas de Portugal e alteração de interseções para implementação da ciclovía na marginal Arrentela/Seixal, e também a elaboração de um estudo para a implementação de zonas de estacionamento condicionado em áreas urbanas junto às estações de comboio, assim como a elaboração de regulamentos específicos para concretização do mesmo. Salientou o acompanhamento da atividade e relacionamento com os operadores de transporte públicos que atuam no concelho do Seixal, visando a implementação de soluções que garantam um serviço de qualidade às populações (TST, Fertagus, Sulfertagus, Transtejo e MST). Destacou a promoção e colaboração em estudos no âmbito intermunicipal e regional na área da mobilidade, nomeadamente o Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal, o Plano de Deslocações Urbanas da Área Metropolitana de Lisboa, o Novo Modelo de Cálculo do Tarifário do Transporte Público na AML, as Infraestruturas de Valor Acrescentado e a Proposta de Plano Estratégico 2013-2017 da ANA – Aeroportos de Portugal; e ainda a promoção e colaboração em estudos no âmbito municipal, nomeadamente a análise das necessidades de estacionamento na zona central da Torre da Marinha e da zona central de Corroios. Disse que decorreram mais de 500 ações de conservação de pavimentos nas diversas freguesias do concelho, das quais se destacam as intervenções nas Avenidas Silva Gomes, Marcos de Portugal e 10 de Junho, várias ruas da Marisol, no espaço exterior da Escola Básica da Quinta de Santo António, e a requalificação da zona central de Corroios (1.ª fase); e cerca de 2.000 ações de conservação da sinalização nas diversas freguesias do concelho, implicando reordenamento de trânsito, pintura de lugares de estacionamento e de passadeiras e requalificação de sinalização vertical e horizontal. Informou das Diligências junto do Governo a concretização dos seguintes projetos / ações, nomeadamente a construção da Estrada Regional 10 (ER10), entre Corroios e a Moita, a requalificação da Estrada Nacional 378 (EN378), com a concretização de várias rotundas e separador central; a requalificação da Estrada Nacional 10, com a execução das várias rotundas e separador central e construção de rotunda na EN10, no Fogueteiro;



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

o alargamento da rede de transportes públicos, e a Denúncia da redução de oferta do transporte público coletivo, prestado pelos TST. Por outro lado a prossecução das obras da 2.ª e 3.ª fase do Metro Sul do Tejo; a abolição de portagens na A2 e A33; a criação de novo nó de acesso à autoestrada A2; e finalmente a construção da Ponte Seixal – Barreiro.

O Senhor Vereador Joaquim Tavares, disse que o abastecimento público de água, o saneamento de águas residuais, a recolha de resíduos sólidos urbanos, a iluminação pública e energia sustentável, a educação e sensibilização ambiental, a gestão dos edifícios municipais, a manutenção de mobiliário urbano e ambiente são áreas fundamentais no dia-a-dia da população e nevrálgicas na prestação de um serviço público de qualidade. Salientou que em 2015, nestas áreas, a atividade do Município prosseguiu com o objetivo central de defesa e promoção da qualidade de vida da população do concelho do Seixal e salvaguarda da sustentabilidade ambiental. Com o agudizar da intenção de privatizar setores tradicionalmente de gestão municipal, como foi o caso dos resíduos e da água, a atividade do Município prosseguiu ainda na defesa intransigente da sua gestão pública, pela prestação de um serviço público de excelência e a custos abaixo da média nacional, persistindo e não deixando de lutar contra a entrega ao sector privado pelo anterior governo da AMARSUL (concretizada) e da SIMARSUL (ainda não concretizada), que entregou património da população do concelho do Seixal nas mãos de privados. Relativamente às medidas e ações desenvolvidas em 2015 destacou a participação, no âmbito da AIA – Associação Intermunicipal da Água da Região de Setúbal, na elaboração do Estudo de Conceção Geral do Sistema Intermunicipal de Água em Alta da Península de Setúbal, com conclusão da 3.ª fase, a atividade municipal de produção, tratamento e distribuição de água para consumo humano e os procedimentos de controlo de qualidade, com o objetivo de assegurar continuamente o abastecimento e a qualidade da água, foi reconhecida em 2015 com a atribuição ao Município do Seixal do Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano, no âmbito dos Prémios de Qualidade dos Serviços de Águas 2015, promovidos pelo jornal *Água & Ambiente* e ERSAR. Por outro lado destacou também a instalação de novas luminárias com a substituição de cerca 7.000 armaduras de vapor de mercúrio (VM) de 80 W por armaduras de sódio alta pressão (SAP) de 50 W e substituição de 293 focos luminosos existentes por luminárias com tecnologia LED, no âmbito do protocolo celebrado com a EDP, relativo à implementação de um projeto de promoção da eficiência energética na iluminação pública no município do Seixal, no valor de um milhão e quinhentos mil euros, bem como a implementação do Sistema de Recolha Semienterrado de Resíduos Urbanos no Município do Seixal, concluindo a intervenção na Quinta da Boa Hora, Arrentela, substituindo 60 contentores convencionais de 800 e 1000 litros por 27 contentores semienterrados (modelo *molok*) e a qualificação dos contentores existentes na via pública, dotando todos os pontos de deposição de RSU convencionais de suporte de segurança, pedais e sistema de elevação e reformulação dos recortes, tendo em vista melhorar as condições de utilização. Salientou a continuação da implementação das medidas previstas no PAES – Plano de Ação para a Energia Sustentável, decorrente da adesão do Município do Seixal ao Pacto de Autarcas, nos termos do qual foi assumido um compromisso de reduzir em 20 % as suas emissões de gases de efeito estufa até 2020. Falou também no desenvolvimento da preparação do Plano de Ação para a Sustentabilidade Local, no âmbito dos Compromissos de Aalborg, o qual deverá contribuir para a implementação da visão estratégica e política de sustentabilidade local, permitindo que o Seixal se afirme como um município de referência, em termos de sustentabilidade e qualidade de vida, assegurando um crescimento económico célere e vigoroso, promovendo a equidade e a coesão social e garantindo a integridade ambiental do seu território e no desenvolvimento da preparação da Carta Ambiental do Município do Seixal, instrumento de gestão que permitirá conhecer a situação ambiental do município, identificando o que tem sido feito nesta área e os problemas e desafios que se colocam. Outra das medidas foi o desenvolvimento do projeto do novo Espaço Agrícola do Soutelo, nos Foros de Amora, no âmbito da Rede de Hortas Urbanas do Município do Seixal. Falou da realização de campanha de sensibilização Corroios Limpo dirigida à população da freguesia de Corroios para promoção das boas práticas ambientais relacionadas com a deposição dos resíduos urbanos. Esta campanha incluiu um alargado número de iniciativas. Prosseguimos a concretização da Rede de Parques e Jardins do Concelho do Seixal, com a continuação da construção do Parque Multiusos dos Almeirões, em Aldeia de Paio Pires e a preparação das novas fases. Desenvolvimento do Projeto Jardins Comunitários, envolvendo a



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

população na qualificação e preservação de zonas verdes de proximidade; e ainda a aquisição de duas novas viaturas pesadas de recolha de resíduos sólidos. Destacou as diligências junto do Governo a concretização dos seguintes projetos / ações nomeadamente, a resolução do passivo ambiental e descontaminação dos solos e das lagoas da ex-Siderurgia Nacional, no âmbito do Projeto do Arco Ribeirinho Sul, a descontaminação dos solos das lagoas de hidrocarbonetos em Vale de Milhaços e da área da Sociedade Portuguesa de Explosivos de Lisboa (SPEL), a resolução do problema dos maus odores no Aterro Sanitário do Seixal, junto da AMARSUL, bem como do aumento do número de gaiotas em meio urbano. Por outro lado a manutenção da AMARSUL sob gestão pública, rejeitando a privatização da EGF (setor dos resíduos), e ainda a resolução da poluição atmosférica e sonora com origem na Siderurgia Nacional, e da qualidade do ar em geral, junto da Agência Portuguesa do Ambiente, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, do secretário de Estado do Ambiente e da Siderurgia Nacional, S.A. Disse que a manutenção da SIMARSUL no atual modelo de sistema multimunicipal, rejeitando a proposta governamental de criação de um mega sistema multimunicipal desenvolvida no desrespeito e à revelia das atribuições e competências do Poder Local.

A Senhora Vereadora Vanessa Silva, esclareceu que no que se refere às questões relacionadas com a educação e juventude, o Município do Seixal deu continuidade aos projetos existentes e resposta às suas competências, com o objetivo de prestar um melhor serviço público de qualidade, promovendo a qualidade na educação, na sua esfera de atuação e desenvolvendo as políticas municipais educativas e de juventude. Assim, durante o ano de 2015, deu-se continuidade à revisão do Plano Educativo Municipal, instrumento que foca as áreas abrangentes ao nível da educação, como são a conceção e dinamização de projetos educativos municipais, apoio aos projetos educativos das escolas da rede pública do concelho e dá resposta às competências do Município no âmbito do parque escolar, ação social escolar e refeitórios escolares. Disse que se iniciou também a conceção e a elaboração do Plano Municipal de Juventude, instrumento que pretende ser orientador e sistematizador da ação do Município junto e com a juventude. No âmbito da relação do Município com a sua comunidade educativa e juvenil, deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito do Plano Educativo Municipal, Conselho Municipal de Educação e Reuniões Interassociativas Juvenís (RIAJ). Relativamente às medidas e ações desenvolvidas em 2015 salientou que no âmbito do Plano Educativo Municipal desenvolveram-se vários projetos educativos municipais, tais como o Carnaval das Escolas, as Marchas Populares das Escolas, o Jornal Interescolar, Imprensa e Rádio Escolar, Comemorações do Dia Internacional da Criança, Receção à Comunidade Educativa, Concurso Mais de 32.000 Palavras de Liberdade, no âmbito das Comemorações dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa, Viver o Teatro e a Dança na Escola. Por outro lado, garantiu-se o apoio a projetos realizados pelas escolas no âmbito das Comemorações do 25 de Abril, Kid's Guernica, festas de final de ano letivo, Plano Nacional de Cinema, e deu-se continuidade ao acompanhamento do projeto da Unisseixal, desenvolvido pela Casa do Educador. Acrescentou que foi desenvolvido o programa Aescolamexe, o programa Março Jovem, o Seixalmoda, o Seixal Férias, o Drive In Arte e o programa Ações Jovens. Falou também da concretização do Programa de Ação Social Escolar garantiu a todos os alunos do 1.º ciclo e pré-escolares abrangidos pelo mesmo o usufruto do subsídio de refeição, livros e material escolar. Garantiu-se a comparticipação dos títulos de transporte aos alunos abrangidos pelo Programa de Transportes Escolares e concretizou-se o Plano Anual de Visitas de Estudo, destacou o desenvolvimento do Programa de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior e Secundário, bem como o planeamento, preparação e acompanhamento de execução de ações relativas à gestão, apetrechamento, manutenção e conservação dos equipamentos educativos dos estabelecimentos da rede pública do ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, bem como iniciámos o plano de intervenções e requalificação dos estabelecimentos de ensino da rede pública. Informou sobre a abertura de 2 novas salas de jardim-de-infância, dando continuidade ao preconizado na Carta Educativa do Concelho do Seixal e à política municipal de alargamento da rede de educação pré-escolar. Salientou a continuidade da parceria com o Conservatório Nacional de Música, através do funcionamento da Escola de Música – Polo do Seixal. Indicou as Diligencias junto do Governo a concretização dos seguintes projetos / ações a saber, a



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

implementação de medidas por parte da Administração Central ao nível da intervenção e requalificação urgente do parque escolar, nomeadamente da Escola Básica Paulo da Gama e da Escola Secundária João de Barros, construção dos pavilhões desportivos escolares das escolas básicas de Pinhal de Frades, Corroios, Cruz de Pau, Vale de Milhaços e da Escola Secundária João de Barros e a requalificação do Pavilhão Desportivo da Escola Básica Nun'Álvares, e que fosse assegurada pela Administração Central, no âmbito das suas competências, a requalificação e alargamento do parque escolar da rede pública, no município do Seixal. E acrescentou a reposição do apoio de 50 % no pagamento do passe 4_18@escola e a indicação sobre os elementos que possibilitam iniciar o processo de revisão da Carta Educativa.

O Senhor Vereador José Carlos Gomes, iniciou a sua intervenção enumerando o grande trabalho desenvolvido a nível da DOTEPE, destacando na área da construção civil, a remodelação do antigo edifício dos Paços do Concelho, a remodelação da instalação do CAMAJ, a remodelação da antiga Assembleia Municipal do Seixal, a remodelação do bar ponta dos Corvos, a remodelação de instalação da captação de água em Fernão Ferro, a pintura do CDA da Torre da Marinha, e a pintura de interiores na incubadora de empresas. Na área de sinalização, trânsito e equipamentos, destacou o apoio ao gabinete de proteção civil, na selagem de poços, destacou inúmeros apoios à Divisão de desporto- prémio de ciclismo – Aldeia de Paio pires, o corta mato da cidade de Amora, e 32ª Seixaliada. No Setor de Da DOTEPE, ressaltou a ainda a existência de cerca de 2000 ações de conservação de sinalização nas diversas freguesias do concelho. No setor de pavimentos e espaço públicos, salientou o apoio à Divisão de salubridade, na instalação de MOLOKES e na construção de Gares para colocação de contentores, e Ecopontos em diversos locais do concelho. No setor de pavimentação e conservação, destacou que a DOPET teve uma média de 500 ações nesse sentido. Enumerou o grande trabalho desenvolvido a nível da DEV destacou as requalificações de diversos espaços em todas as freguesias do concelho, a saber limpeza de 3.286,13 Hectares de espaços verdes, incluindo parques infantis, a sacha de canteiros, corte e limpeza de 5,520 metros de sebes, limpeza de 4,143 caldeiras de proteção em espaços verdes, fertilização de 4,7 hectares de prado, corte de 255, 13 de prados regados e relvados, corte de 107,17 hectares de prados de sequeiro e corte de 701, 89 quilómetros de beiradas, 575 plantações de árvores em espaços verdes, e destacou também ao arruamentos realizados no município. Evidenciou 54 plantações de árvores em EB e JI do Município. Na área do Desporto, ao longo de 2015, foi realizado um conjunto muito vasto de ações que vieram contribuir para a continuação da implementação do Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo, assegurando a execução de uma política desportiva que é uma referência no País, nas suas diversas vertentes, num trabalho conjunto e de grande proximidade com as freguesias, com o movimento associativo popular, com os estabelecimentos de ensino e demais entidades, instituições e agentes desportivos, potenciando e otimizando a gestão dos recursos existentes, construindo diariamente o Desporto para Todos, no concelho do Seixal. Destacou da atividade da DD em 2015, com 795 atividades desportivas sendo 738 apoiadas, e 58 realizadas, a saber, na Amora 276 atividades; em Corroios 186 atividades, em Fernão Ferro 41 atividades e na União as Freguesias do Seixal 80 atividades, Arrentela 119 atividades e Aldeia de Paio Pires 30 atividades calendarizadas com um total 229 atividades. No conjunto de todas as atividades desenvolvidas pelos projetos de desenvolvimento desportivo, inseridos no Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo do Concelho do Seixal foram contabilizadas 84.659 participações. A destacar o Projeto da Seixaliada (entre 19 de setembro a 17 de outubro) – 201 eventos com 19.939 participantes; o projeto Jogos do Seixal (entre janeiro e dezembro) - 176 iniciativas com 40.485 participações (existem iniciativas que se desenvolvem durante várias jornadas); o crescimento significativo do Projeto de Apoio ao Desporto Escolar nos 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário – Seixaliada Escolar com 48 iniciativas nas quais participaram 8.107 alunos. O projeto de Apoio à Integração da Educação Física no 1º Ciclo do Ensino Básico - participação de 304 professores com um total de 6.758 alunos distribuídos pelos 4 subprojectos existentes (apoio pedagógico, Primeiras Corridas, Primeiras Braçadas e Patinhos na Água); o projeto de Desenvolvimento do Xadrez - crescimento significativo com áreas de intervenção diversificadas (1º Ciclo do EB, participação de 1.300 alunos; 11 torneios no âmbito do Projeto dos Jogos do Seixal; o projeto de Desenvolvimento do Atletismo - o projeto englobou 56 atividades que movimentaram 14.443 participantes em diversas áreas de intervenção



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

com especial destaque para o 28º Troféu de Atletismo do Seixal que contemplou 19 provas com 915 inscritos e com um total de 616 participantes. Informou sobre a utilização dos utentes em atividade regular nos equipamentos desportivos municipais a saber, Piscina Municipal de Corroios: 7.795 utentes; na Piscina Municipal de Amora com 6.985 utentes; no Complexo de Atletismo Carla Sacramento: 1.644 utentes; 8 Equipamentos desportivos municipais cujo acesso é feito sem cartão de utente: 5.808 utentes. As instalações desportivas municipais durante o ano de 2015 asseguraram a prática físico-desportiva a uma média de 21.584 munícipes, registando-se com a sua passagem na prática desportiva, um total de 973.301 utilizações, distribuindo-se da seguinte forma: no Complexo Municipal de Atletismo Carla Sacramento: 33.411 utilizações; no Parque Desportivo Municipal da Verdizela: 32.560 utilizações. No Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Alfredo Reis Silveira: 128.691 utilizações; no Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Manuel Cargaleiro: 104.151 utilizações; no Pavilhão Desportivo da Escola Básica 2/3 Cíclos António Augusto Louro: 93.623 utilizações; no Pavilhão Desportivo da Escola Básica 2/3 Ciclos Pedro Eanes Lobato: 104.009 utilizações; no Pavilhão Municipal do Alto do Moinho: 72.701 utilizações; no Pavilhão Municipal da Torre da Marinha: 129.132 utilizações; na Piscina Municipal de Amora: 121.635 utilizações; na Piscina Municipal de Corroios: 150.038 utilizações; e na Pista Municipal de Aerodelismo: 3.350 utilizações. Relativamente aos contratos-programa de desenvolvimento desportivo de 2015, destacou o apoio para a execução dos projetos das atividades regulares nas diversas modalidades, bem como ao apetrechamento desportivo, no âmbito da promoção da atividade física e do desporto, o Apoio para a realização do 25º Grande Prémio de Ciclismo da Aldeia de Paio Pires, com contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado entre a C.M.Seixal e o Clube de Ciclismo da Aldeia de Paio Pires; o Apoio para as obras de reabilitação na cobertura do edifício sede do PPFC, com contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado entre a C.M.Seixal e o Paio Pires Futebol Clube ; o Apoio para a realização do Torneio Indoor 4X4, com contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado entre a C.M.Seixal e o Clube Desportivo e Recreativo do Fogueteiro ,o Apoio para instalação do piso no salão polivalente da SFOA, com contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado entre a C.M.Seixal e a Sociedade Filarmónica Operária Amorense ;o Apoio para a realização de melhoramentos nas instalações do CRDC, com contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado entre a C.M.Seixal e o Clube Recreativo e Desportivo ;o Apoio para a realização do 3º Torneio Nacional de Ténis de Campo Festa de Corroios, com contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado entre a C.M.Seixal e o Clube Recreativo Desportivo Brasileiro Rouxinol o Apoio para as obras de reabilitação na cobertura do edifício sede do CRDM, com contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado entre a C.M.Seixal e o Clube Recreativo e Desportivo de o Apoio para as intervenções de requalificação nos espaços exteriores do polidesportivo do CCDPV, com contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado entre a C.M.Seixal e o Centro Cultural e Desportivo de Pinhal do Vidal; o Apoio para as obras de construção do polidesportivo do GDCFF, com contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado entre a C.M.Seixal e o Grupo Desportivo e Cultural de Fernão Ferro –;o Apoio para o desenvolvimento do Projeto Desporto Com Sentido, com contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado entre a C.M.Seixal e a Associação de Paralisia Cerebral de Almada e Seixal, o Apoio para o desenvolvimento das atividades regulares da ACCS, com protocolo celebrado entre a C.M.Seixal e a Associação das Coletividades do Concelho do Seixal; o Apoio para o desenvolvimento 32º Seixalíada, com protocolo celebrado entre a C.M.Seixal e a Associação das Coletividades do Concelho do Seixal; o Apoio para o desenvolvimento da organização do Agita Seixal, com protocolo celebrado entre a C.M.Seixal e a Associação das Coletividades do Concelho do Seixal; o Apoio para o desenvolvimento da organização do Campeonato de Futsal do Concelho do Seixal, com protocolo celebrado entre a C.M.Seixal e a Associação das Coletividades do Concelho do Seixal; o Apoio em transportes ao Movimento Associativo Desportivo Popular, com protocolo celebrado entre a C.M.Seixal e a Associação das Coletividades do Concelho do Seixal; destacou igualmente e Para dar cumprimento à clausula I ponto 11 do protocolo celebrado a 15 de Junho de 2008 entre a Câmara Municipal do Seixal e a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto; salientou o Apoio ao Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes, com protocolo celebrado entre a C.M.Seixal e a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto; e finalmente referiu o Apoio para a promoção do Plano de

St 0



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

Desenvolvimento do Futebol no Município do Seixal do ano 2015, com contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado entre a C.M.Seixal e a Associação de Futebol de Setúbal. Falou ainda de outros processos de destaque da DD, desenvolvidos em 2015, nomeadamente as Normas Regulamentares e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo, a Constituição do direito de uso a favor do Moto Clube de Corroios, de uma área de terreno com 300 m² do domínio privado municipal, na Avenida Vieira da Silva, Santa Marta do Pinhal, sita na Freguesia de Corroios, para instalação da uma estrutura de apoio a atividades ao ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura, com protocolo entre a CMSeixal e o Moto Clube de Corroios para as inerentes obras, celebrado a 06/02/2015. A Assinatura da escritura de constituição de direito de superfície entre a Câmara Municipal do Seixal e a Associação Inter Desporto e Cultura (AIDC), no dia 05/10/2015 às 12h30 no Edifício dos Serviços Centrais da Câmara Municipal. Referiu ainda a Hasta pública para cessão de exploração da implantação de três campos de padel e um quiosque-bar de apoio, no Parque Desportivo Municipal da Verdizela com contrato assinado a 15/06/2015, entre a CMSeixal e a empresa Sucesso Inadiável LDA, bem como a aprovação do Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo do Concelho do Seixal em dezembro de 2015.

A Senhora Vereadora Manuela Calado, referiu os principais eixos de atuação, ainda que num contexto de profundo retrocesso económico e social, a intervenção da autarquia é fundamental, promovendo o desenvolvimento social do município do Seixal, procurando encontrar as melhores respostas às necessidades das populações, numa perspetiva de equidade e de igualdade, reforçando o diálogo intercultural. O exercício da cidadania, o acesso à habitação social e a promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis, constituindo um dos objetivos centrais da intervenção municipal. A concretização deste objetivo passa pelo desenvolvimento de um conjunto de projetos, iniciativas e ações anuais, sustentadas numa intervenção em redes de parcerias, que constituem plataformas de diálogo, planeamento e assunção de compromissos coletivos, envolvendo as autarquias e as instituições da comunidade nas mais diversas áreas de intervenção, procurando chamar o Estado Central a assumir na plenitude as suas responsabilidades nesta área de intervenção, o que infelizmente tem estado muito longe de acontecer. A saber a Rede Social do Seixal identifica os diferentes problemas sociais, e promove a intervenção estratégica e concertada, incentivando redes de resposta integrada, num quadro de desenvolvimento social sustentável com vista à erradicação da pobreza e da exclusão. No âmbito do funcionamento da Rede presta-se apoio institucional e financeiro às várias IPSS, assim como apoio nos transportes. Foram ainda realizadas várias candidaturas das quais se destaca a DLBC – Margens Comuns. Salientou as Intervenções dirigidas a grupos específicos (idosos, infância, deficiência e intervenção comunitária), Desenvolvimento de projetos e atividades com as instituições e associações parceiras do Município (12 Associações de Reformados e 11 IPSS de apoio à infância). Transporte diário de 15 crianças e jovens e de 200 munícipes com mobilidade reduzida na viatura municipal adaptada. Relativamente à Habitação, Gestão do património municipal (habitação) e dos núcleos degradados. Encaminhamento de pedidos de habitação social, tendo sido constituídos 194 processos de novas situações socio habitacionais. A comissão de vistorias realizou 115 vistorias de salubridade e 46 vistorias de segurança. Surge também o Seixal Saudável, que promoveu a saúde e a qualidade de vida das populações, incentivando a adoção de estilos de vida saudáveis, a prevenção de comportamentos de risco e o acesso a cuidados de saúde. A Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, uma associação de municípios que constitui uma plataforma de promoção da saúde e qualidade de vida nos territórios municipais. Esta associação é presidida e coordenada pelo município do Seixal desde o ano de 2002, registando em 2015, 30 municípios associados. Enquadra um conjunto de parcerias estratégicas entre as quais a Organização Mundial de Saúde, a Direção-Geral da Saúde e a Escola Nacional de Saúde Pública. Disse ainda que apesar de todos os constrangimentos económicos que se tem vindo a assistir é possível resolver problemas.

yt C.



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

O Senhor Vereador Paulo Cunha, disse que em jeito de questão preambular, e que tem exatamente a ver com a entrega destes documentos estrategicamente entregues, no momento em que a oposição iria começar a falar. Como até aqui reclamávamos que a Assembleia Municipal tinha este documento e nós intervínhamos mesmo sem ter o documento. Por estarem a melhorar muito é assim que eu começo" *...Apesar das tormentas impostas ao Poder Local Democrático...a nossa embarcação prosseguiu firme nas águas tempestuosas da vida, prosseguindo este desafio de levar o nosso concelho cada vez mais longe, rumo a um futuro de paz, esperança, progresso e qualidade de vida.*" Disse que só está a ler algo que estava no documento na introdução, só está a ler algo da introdução, Senhor Presidente faço-lhe um apelo a quem escreveu não sei se foi o Senhor Presidente, mas para melhorar ainda mais o texto *."Faltou dizer que guiados por tão valorosos comandantes desta nau, leia-se, pelos comunistas, não há tsunamis que abalem a estrutura e o quadro ficava mais perfeito. De um lado os maus, os vilões, representados pelo odiado Governo e Poder Central e pelos patrões. Mas em 2015 o paradigma mudou e quero ver como será doravante explicado que o Governo, fruto de um quadro de uma esquerda maioritária que o suporta, onde esse mesmo PCP está incluído. Pede-se-nos que analisemos a Conta de Gerência de 2015. Raramente se mostrou tão simples. Há dois prismas para o analisar. Do ponto de vista puramente financeiro, diria que está muito bom. Ter um resultado líquido do exercício de 15 milhões de euros, ainda por cima pelo 6.º ano consecutivo com os proveitos a superarem os custos, só pode ser positivo. Um orçamento que apresenta uma diminuição de 9,7 M€ de dívida, significando menos 10,8%, em relação à existente em 2014 só podem ser fatores que devemos aplaudir. Pelo menos se estivermos apenas a analisar a componente financeira. Mais, a liquidação dos empréstimos para liquidação antecipada de empréstimos e que levou a uma redução significativa nos encargos a suportar pelo Município do Seixal, com uma poupança que totalizará quase 7 milhões de euros durante o prazo do empréstimo, será outro fator a aplaudir. Mas a análise de um exercício anual, não se pode, ou deve, resumir à análise financeira. Desde logo porque gerir um município não é gerir uma mercearia, ou até uma empresa. Senão elegeríamos CEO's, Técnicos Oficiais de Contas ou simples gestores. Não. Eleger uma equipa municipal é eleger quem tome decisões em nome dos munícipes com os meios financeiros que são colocados à sua disposição. E até encontrar forma de aceder a outras fontes de financiamento. E, nesse aspeto, que já lá iremos, a minha opinião já não poderá ser tão positiva. Infelizmente".* Aliás a esse propósito fez um parenteses para referir exatamente aquilo que disse à pouco quando o Senhor Presidente colocou o estado de necessidade daquela posse administrativa, é exatamente isso que se pede a um município e a quem gere esse município. *"Ainda voltando à análise puramente contabilística e ao aplauso que essa análise nos merece, também não é despiciendo atribuir uma enorme fatia de responsabilidade às apertadas regras legislativas. No fundo aos "maus" do Governo de Direita que nos governou durante os últimos quatro anos. Senão vejamos: Os "maus" que alegadamente "retiraram" 6.8 milhões de euros em seis anos (de 2010 a 2015) em transferências do Estado (FEF, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS) é o mesmo Estado que só em 2015 deu mais de 2 milhões de euros (8,31%, quase 10% num só ano) só no IMI, assim como mais de um milhão de euros a mais em relação ao ano anterior em IMT, ou seja, só em IMI e IMT o município do Seixal recebeu mais 3.3 M€ do que havia recebido no ano anterior, portanto num ano atenuou 50% do que o município alega ter perdido em seis anos. Sejam sérios na análise. O Estado não está a transferir menos dinheiro. Está é a transferi-lo de uma forma diferente. E está a transferir mais. Destaco igualmente uma manutenção dos valores pagos na rubrica das Despesas com Pessoal, que continua a ocupar uma percentagem significativa das Despesas Totais, in casu, de 43,40% das despesas totais. Uma empresa, instituição ou município que aloca quase 50% do seu orçamento a despesas com pessoal, ou é porque o seu objeto são os serviços, ou por necessidade ou estratégia, não recorrendo a outsourcing por exemplo, ou porque presta um serviço de excelência, ou por má gestão. Ora, o município do Seixal apesar de uma simpática redução de 5,73% no acesso a Fornecimentos e Serviços Externos, não deixa contudo de alocar 24 M€ a esta rubrica, o que afasta uma das hipóteses de exclusão para justificar uma tão elevada percentagem gasta em Despesas com Pessoal. Por outro lado, infelizmente a qualidade dos serviços está longe da excelência, com uma gestão de recursos humanos que deixa muito a desejar, plasmada e verificada quinzenalmente nas reuniões de câmara e nas sessões da Assembleia Municipal, onde percebemos pelos relatos constantes que há sectores na Câmara a trabalharem francamente mal. E nada justifica isso, o que*



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

nos leva a uma interrogação: Se o quadro de pessoal do nosso município é reconhecidamente bom e se o nível de queixas e de reclamações dos munícipes está a aumentar, então ou estão a ser mal geridos, ou a redução de Fornecimentos e Serviços Externos, em si positiva, está a ser feita à custa da qualidade do serviço a prestar à população. E isso é intolerável. Por outro lado, quando os investimentos ocupam uns míseros 1 milhão e 800 mil euros das despesas totais, ou se para os puristas das análises orçamentais, apenas 2,38% das despesas totais, então fica tudo explicado: A mesma CDU que ano após ano criticou a Troika e, sobretudo, os Governos de Passos Coelho por só se preocupar com as finanças públicas, o deficit e o pagamento da dívida pública é a mesma que, beneficiando dessas medidas muito restritivas em termos de legislação, equilibrou as suas próprias contas e à boleia dessas medidas optou por ser mais papista que o Papa e abdicou completamente do serviço de qualidade, do investimento e dos seus munícipes, optando simplesmente por pagar as despesas correntes. Uma gestão, com todo o respeito “à merceeiro”. Eu, que sempre aplaudí e pugnei pelo esforço que o nosso governo fez para resgatar a nossa credibilidade junto às instâncias internacionais, até para garantir o acesso ao crédito futuro, mas que nunca deixei de ser crítico desse mesmo governo pela limitada visão que patenteava e, sobretudo, por uma ausência de preocupações sociais, sinto-me com legitimidade acrescida para vir aqui aplaudir o executivo pela opção de elevada execução orçamental e opção mais realista, mas não posso deixar de ser extremamente crítico do abandono total do investimento, da ausência de quaisquer políticas sociais, que não se refletem nas contas, por não existirem e, sem tanta necessidade quanta o nosso País tinha (o nosso município não tinha uma Troika, como o Governo tinha), optou por uma obsessiva política orçamental restritiva. E essa atitude não pode merecer o meu aplauso. Uma nota final de rodapé, que não posso deixar de orgulhosamente congratular-me: a acompanhar o aumento de número de processos de Contraordenação, numa política sustentada de aumento da eficácia da fiscalização, temos um muito significativo aumento de 716,93% de coimas e penalidades por Contraordenações, o pelouro que tutelo. E se é verdade que em 2014 já tutelava o Pelouro da Fiscalização, não menos verdade é que só a partir de 2015 passei a deter a responsabilidade delegada pelo Sr. Presidente da Câmara em matéria de Contraordenações e, mais importante, verificou-se uma alteração funcional em termos internos e, a fiscalização passou a finalizar os autos de Contraordenações, desde que não correspondesse a empresas e arguidos com mandatários o que aumentou exponencialmente a eficácia, o que a juntar-se à sequência do bom trabalho dos fiscais da Câmara, aumentando o número de autos e diligenciando mais cuidadosamente na sua instrução, conduz aos resultados que estão à vista – seguramente o maior aumento deste relatório”. Muito obrigado.

O Senhor Vereador Eduardo Rodrigues, disse que um relatório de prestação de contas espelha o resultado da atividade económica da Câmara Municipal do Seixal, e a gestão efetuada dos fundos financeiros colocados à sua disposição. Reflete o trabalho que o Executivo executou com os dinheiros públicos que nós Munícipes pagamos neste ano de 2015. O Partido Socialista tem assumido neste mandato, uma postura de cooperação e entejuda na resolução dos problemas mais evidentes da gestão de uma Câmara com dificuldades económicas, e tem participado de forma pró-ativa e construtiva na melhoria da complexa conjuntura económico-social que esta atravessa. A análise dos números revela-nos que existe um evidente esforço realizado em matéria financeira no sentido de diminuir a dívida global. Mas também é verdade e mais que evidente que tal resulta essencialmente e também de uma conjuntura económica e legislativa favorável. Económica, porque a conjuntura e a nova lei de financiamentos das Autarquias Locais, criou condições para uma maior cobrança fiscal a favor das autarquias. Ou seja, mais receita (mais IMI, FEEF, comparticipação no IRS e até IMTT). Legislativa, porque, a legislação criada nos últimos anos, obrigou este e outros Executivos a medidas corretivas que, de outra forma nunca teriam sido tomadas e que forçaram a Câmara do Seixal a corrigir a deficitária situação financeira em que se encontrava e encontra. À imagem de anos anteriores é nossa obrigação e dever na análise ao Relatório de Gestão da Prestação de Contas relativos ao exercício de 2015 elencar alguns aspetos que merecem o nosso alerta e que importa elencar. Reforçando os alertas já vertidos em anos anteriores, pelo Partido Socialista, contínua evidente e perceptível que a CMS continua a não conseguir descolar do marasmo económico em que o Concelho se encontra. A CMS em mais um ano, não se conseguiu assumir neste exercício como o motor do desenvolvimento económico do Concelho, na medida em que se



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

verificou que, a execução em Investimento reduziu e foi insignificante em 2015, representando pouco mais de 2% da receita total de 84.5 Milhões de euros, num montante de aproximadamente 1.8 milhões de euros. Manifestamente insuficiente. Alias, comparativamente com o ano de 2014 o Investimento ainda conseguiu cair para metade do verificado no ano anterior. Do ponto de vista financeiro / empresarial, continua-se a verificar, como era expectável e imposto pelo Tribunal de Contas, uma evolução positiva na redução do elevado endividamento. E mais uma vez, claro a verdade é que o Executivo CDU foi forçado pelo Governo Central por imposição legislativa a mudar a sua forma de gestão. E as implicações são hoje visíveis e refletem-se nos resultados líquidos do exercício. No entanto é entendimento do Partido Socialista que este não é o caminho nem a política que queremos, nem a política correta para gerir o município do Seixal. A verdade é que o atual Executivo CDU foi obrigado por imposição externa a corrigir o seu enorme endividamento. Mas também é verdade que tal, têm-se verificado, muito á custa de cobrar mais impostos e taxas aos seus Municípes. O Partido Socialista não se abstém de verter nesta declaração a sua opinião crítica, a sua visão e recomendações. No serviço da dívida constata-se que o montante total é de aproximadamente 7.8 Milhões de euros. Sendo o resultado da sua utilização de 5.4 Milhões de euros que foram utilizados para amortizar dívida e 2.4 milhões foram para pagar juros, ou seja aproximadamente 33% do serviço da dívida são juros, montante manifestamente elevado. Em matéria de empréstimos concedidos continua-se a verifica-se sem explicação a inscrição de 170 mil euros, montante já inscrito em 2013 e 2014. Os empréstimos concedidos devem ser saldados, e tal não se verificou nem em 2013 nem em 2014 nem em 2015. Que empréstimo se trata e por que razão não foi recebido ate agora? Reforçámos a nossa recomendação do ano anterior e que se continua a verificar nesta prestação de contas de 2015, na conta de clientes, contribuintes de cobrança duvidosa continua-se a inscrever cerca de 39 milhões de euros, e continuamos a afirmar que, ninguém terá duvidas que este é um valor extremamente elevado. Perante esta evidência o PS recomenda a devida análise da dívida, bem como que se retire definitivamente os montantes que se conclua terem caducado efetivamente. É ainda, preocupante o facto de se ter chegado a tão elevado montante. O Executivo alterou esta política? Questionamos o Executivo, à imagem do ano anterior de 2014, que medidas foram tomadas para que a situação não se repita. Na receita fiscal, verifica-se o que já era expectável. A verba arrecadada referente ao IMI continua a aumentar, o ano 2014 aumentou 15.6%. De 2014 para 2015 o aumento foi de 8.31%, muito acima do orçamentado. O IMTT evidencia o mesmo comportamento crescente atingido um aumento de 37%. Até as tão faladas Transferências do Estado aumentaram num montante global de 700 mil euros. No entanto o Executivo CDU continua a afirmar que o Estado lhe retira dinheiro. Ver pág. 30, quadro 1, do Resumo do Relatório e Contas 2015. Aquando da aprovação do Orçamento para 2015, mais uma vez o Partido Socialista apresentou á Câmara uma proposta de redução do IMI e que se comprova pela receita arrecadada que tal era possível. Existem ainda indicadores que o Partido Socialista gostaria que fossem diferentes dos verificados e expectáveis para uma economia saudável e duradoura, a saber, Indicador Execução de Investimentos/Receitas Totais, fica-se pelos 2.13 %. Em 2014 foi de 4.18%, em 2013 foi de 5,59% (diminuiu ainda mais). Indicador Execução de Investimentos /despesas de capital, fica-se pelos 8.8%. Em 2014 foi de 21,7%, em 2013 foi de 24,82% (diminuiu ainda mais). Indicador Execução Investimentos /despesas totais, fica-se pelos 2.38%. Em 2014 4.42%. em 2013 foi de 5,65% (diminuiu ainda mais). Indicador das despesas com pessoal representa 43.40% das despesas totais, montante extremamente elevado. Mais um ano e tudo continua igual. A maior parcela da despesa global foi executada nas rubricas de recursos humanos e aquisição de bens e serviços. Itens que devem merecer uma atenção redobrada por parte do Executivo, e ser vistos como uma questão estratégia de reestruturação no futuro. A Dívida Global sofreu uma redução, é verdade. Mas por força dum aumento da receita proveniente do aumento da cobrança de impostos pagos pelos residentes no Seixal. No entanto, o excedente não soube ser aplicado como deveria em investimentos e em despesas de capital a favor das populações. Simplesmente se verifica um resultado do exercício positivo e que em nada beneficiou os municípes. E a verdade comprovada é que o Executivo ao longo do ano de 2015 mais uma vez, não soube encontrar soluções para um desenvolvimento sustentável da economia local. Perante as evidências bem previsíveis pelo Partido Socialista, e discutidas na proposta de Orçamento para 2015, que se refletem ano após ano num evidente aumento das receitas por vias dos Impostos Diretos e comprovado agora nesta Prestação de Contas de 2015 deveria o Executivo



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

Comunista ter reduzido a carga fiscal, política ao seu alcance, ou ao invés ter utilizado o excedente orçamental em Investimentos uteis e necessários a toda a população do Seixal. E a Verdade é que nada disso foi feito. É reconhecido o esforço e a obrigação legal do Executivo Comunista na redução da dívida. Infelizmente e também, muito por força da redução das despesas de Capital e Investimentos, o que evidencia políticas sociais completamente contrárias aquelas que o Partido Socialista defende e altamente lesivas dos interesses dos Municípios do Seixal. Em conclusão, disse que perante os resultados da Prestação de Contas do ano 2015, os Vereadores do Partido Socialista continuam a não se rever neste modelo de gestão e nas políticas incrementadas pelo Executivo CDU no ano findo de 2015, que evidenciam Investimento quase Zero, e gastos em despesa corrente elevadíssimos, que se revelam manifestamente contrários aos nossos e concomitantemente aos interesses da população residente no Concelho do Seixal.

O Senhor Vereador Luís Cordeiro, adiantou que entre as sessões de câmara que se realizam ao longo do ano, considero esta como a mais importante, pois vamo-nos debruçar sobre a execução do orçamento e das GOP do ano. A mesma avalia aquilo que foi a concretização de uma previsão e de um conjunto de opções (orçamento e GOP's), permitindo-nos assim verificar o rigor e objetividade dos dois documentos. Iniciou a análise, começando pela forma (tendo por base o relatório introdutório, com as várias linhas de orientação e diligências a fazer junto do governo), e depois pelo conteúdo com uma análise à execução do orçamento e concretização das GOP's. Quanto à forma: o Serviço público e participação relativamente ao Incremento da participação da população na vida democrática do concelho (reuniões descentralizadas, sessões do Fórum Seixal), podendo melhorar estas reuniões com uma melhor divulgação e organização da realização das mesmas. A Continuidade do desenvolvimento da parceria com as corporações de bombeiros e ao núcleo cruz vermelha. O reforço da segurança das populações, através da instalação de guardas-noturnos em várias áreas do concelho. Não foram concretizadas um conjunto de situações nomeadamente a Requalificação do mercado da Cruz de Pau a Requalificação do Canil / Gatil Municipal e programando um novo e funcional Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia. E a não estabelecer parcerias com municípios contíguos, para a utilização das infraestruturas criadas, rentabilizando os investimentos realizados na região. Em relação ao desenvolvimento económico e turismo é de valorizar a concretização o seguinte prosseguir os esforços para a concretização do Projeto Arco Ribeirinho Sul, de que é exemplo a promoção internacional dos Municípios de Almada, Barreiro e Seixal, e a Baía Tejo, SA. A Dinamização e valorização dos núcleos urbanos antigos, desenvolvendo as ARU's (se bem que ainda incipiente). A Abertura do novo Posto Municipal de Turismo e o Início incipiente da instalação de unidades hoteleiras nos núcleos urbanos antigos. Por outro lado continua a não concretizado o Apoio à criação de emprego através de, funcionamento da Incubadora de Empresas (só 4 espaços ocupados), projetos e parcerias com o IEFP e rede de empresas do concelho nem o Desenvolvimento turístico: potenciar a baía do Seixal através da Náutica de recreio núcleo do Seixal e início da construção do Núcleo da Amora; potenciar a península e praia da Ponta dos Corvos. No que diz respeito ao Planeamento, Urbanismo e Espaço Público foram Concretizadas a Continuação do trabalho de apoio à reconversão das AUGI's e a Requalificação de espaços exteriores da 2ª fase de Santa Marta do Pinhal, se bem que a da Quinta de Santa Rita ma Torre da Marinha continue parada. Por outro lado Não foi concretizado Iniciar o Plano de Desenvolvimento Integrado do Concelho do Seixal nem Implementar o Plano de Pormenor Arrentela/Torre da Marinha/Fogueteiro e iniciar o Plano Urbano da Vila de Corroios, nem Elaborar o Plano Municipal do Ruído. Quanto à Educação e Juventude foi concretizado a Implementação e execução dos programas de Ação Social Escolar (refeições, transportes, etc), o Apoio ao movimento juvenil do concelho em várias áreas. E o Início da requalificação da Casa do Educador na Amora. Não concretizado o Início da construção da EB1/JI de Stª Marta do Pinhal nem a Continuidade de um grande número de escolas do 1º ciclo a funcionar em duplo turno. Quanto à Cultura e Património foi Concretizado o Apoio a o movimento associativo cultural. Não foi Concretizado Intensificar o desenvolvimento de novas parcerias e o aprofundamento da cooperação externa, com programação conjunta de projetos culturais diversos. Nem Assegurar a programação anual da rede de galerias municipais e do Museu-Oficina (agora só Oficina) de Artes Manuel Cargaleiro. E por fim a Conclusão do Centro Internacional de Medalha Contemporânea. Quanto ao Desporto foram concretizadas a



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

Instalação de aparelhos para a prática de exercício livre, em toda a zona ribeirinha do Seixal, Arrentela e Amora. O Aprofundamento da parceria e envolvimento com o movimento associativo desportivo. Em contrapartida não foi concretizado Iniciar a construção do Estádio Municipal de Futebol, requalificando a atual Estádio do Bravo, através da parceria estabelecida com o SLB, nem o Início da construção do Complexo desportivo da Clube associativo de Santa Marta do Pinhal. Nem houve melhoria na qualidade do serviço prestado em equipamentos desportivos municipais. Quanto à Saúde e Ação social será de louvar a continuação do programa anual de apoio às instituições de idosos, infância, imigrantes e deficiência. Quanto ao Ambiente e Serviços Urbanos assinalou o Alargamento do Plano Integrado de Limpeza Urbana do Município, e o Prosseguimento do Plano Municipal de Saneamento. Não foi concretizado prosseguir a rede de Parques e Jardins do Concelho do Seixal, com o Parque Multiusos dos Almeirões em Paio Pires, e a abertura de todo o Parque do Serrado à população. A Falta de conclusão da Carta Ambiental do Concelho e o Alargamento da rede de hortas urbanas. Quanto à Mobilidade e Transportes foi concretizado o Início da construção da ponte pedonal em madeira ligando as zonas ribeirinhas da Amora e Arrentela. Mas não se concretizou a conclusão do Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal, nem melhorar as condições das vias rodoviárias sob gestão municipal e continuar a concretização da rede ciclável municipal. Referiu no final da análise do relatório uma afirmação que consta da Mensagem do Executivo Municipal, quando diz *O Município do Seixal apresenta um resultado líquido do exercício de 2015 no montante de 15.244.364,67 €, o que configura, pelo 6º ano consecutivo, exercícios onde os proveitos superam os custos.* Tal afirmação é referida por várias vezes. É surpreendente tal afirmação pois lógico seria questionar como com resultados destes, o Município aumentaram fortemente o seu endividamento, tendo que recorrer a um Plano de Consolidação Orçamental, solicitando um empréstimo de mais de 40 milhões de euros. Tendo neste momento uma dívida na ordem dos 80 milhões de €. De que serviu portanto todos estes resultados líquidos positivos. É no mínimo estranho. Em 6 anos o município apresentou resultados líquidos positivos, no entanto durante tal período a dívida da câmara passou de 40 milhões de €, para mais de 80 milhões de €. Afinal para que serviram os resultados líquidos positivos. Em relação à Execução orçamental 2015. Da análise feita do ponto de vista financeiro, não se pode deixar de dizer que estamos perante uma boa execução orçamental. Está análise tem como base o valor obtido entre as receitas e despesas da execução comparadas com o previsto em sede de orçamento. Temos assim um Saldo total da execução orçamental 5.424.055 €. Perante este resultado orçamental, não se pode deixar de dizer que estamos perante uma boa execução orçamental. Referiu algumas das rubricas na receita e na despesa mais proeminentes: Na receita, Impostos diretos: um aumento de 2.873.337 € (com principal relevância, para uma vez mais o aumento de receita do IMI – 2.510.263 €), Impostos indiretos: uma redução de 2.564.571 € (com principal relevância na redução da receita Reforço e Infraestruturas Urbanísticas TRIU, 2.910.206 €). A Venda de bens de investimento: um aumento de 900.000 € (pela venda do terreno para instalação do LIDL na Mundet). Referiu também que os valores obtidos no saneamento, nos resíduos sólidos e na água, são todos muito próximos do que foi orçamentado, não podendo portanto de constatar que estamos perante uma boa execução orçamental. Na despesa, há as Despesas com o pessoal: uma redução de 1.000.000 € há a Aquisição de bens e serviços: uma redução de 2.000.000 € há a Aquisição de bens de capital: uma redução de 2.400.000 €. Claro que esta primeira análise só aborda a questão financeira, a política ou económica, já tinha sido previamente avaliada pelo BE, aquando da apresentação do orçamento no final de 2014, dizia-se então: *Analisando-se o orçamento apresentado no seu conteúdo, entende o BE que ele é o resultado de duas más políticas, uma externa ao município e outra interna. A externa provém da política de austeridade e empobrecimento que este governo vem aplicando no país ao longo dos três últimos anos, daqui resultando uma forte redução na atividade económica, traduzindo-se tal numa perda de receitas para o município de toda a ordem (quer nos impostos diretos quer nos indiretos), crescendo ainda em 2015 a aplicação do FAM que retira ao município mais de 500 mil €. A interna provém das políticas orçamentais desenvolvidas ao longo da última década neste município. Tal gestão foi consubstanciada em orçamentos inflacionados, projetos ruinosos e falta de rigor e exigência. Resultado de tudo isso está na obrigatoriedade que se teve de contratar um PCO, que numa fase de quebra de receitas, ainda mais nos obriga a um conjunto de despesas, que nos deixa completamente estrangulados. Na altura de discussão do PCO o BE já tinha afirmado que durante a execução do*



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

mesmo (dez anos), e com a situação económica proveniente de uma política de governo baseada num fundamentalismo austeritário, iríamos ter orçamentos de “gestão corrente” ao longo do mesmo. Orçamentos baseados em pagar despesas correntes, serviço da dívida, acordos de pagamento (Simarsul, Amarsul e ADSE) e uma verba residual para investimento. Esta afirmação está bem patente no resumo do orçamento, temos de despesas correntes na ordem dos 72,88% e de despesas de capital na ordem dos 27,12% (sendo que aqui está o serviço da dívida, o FAM, o tratamento de efluentes e de resíduos urbanos, bem como as transferências para as várias entidades, restando a rubrica de aquisição de bens de capital em que a maioria do seu valor é para aquisição de bens para o funcionamento dos vários departamentos). Tal situação é confirmada pelo quadro no relatório acerca dos rácios de vários itens. Onde se verifica, uma vez mais, no rácio dos investimentos sobre as despesas totais um decréscimo do mesmo, com o valor de 2,13%. Por outro lado temos o decréscimo que é contínuo nos últimos sete anos. (apresentar quadro do decréscimo do investimento). Interessante analisar também este contrassenso, comparando do cartaz “ menos IMI mais investimento” com os dados de aumento de receita do IMI e o decréscimo do investimento ao longo dos últimos 7 anos. Da Análise da execução das GOP de 2015 referiu que uma boa execução orçamental não significa que a mesma se traduza numa melhoria para os munícipes. Tal se pode comprovar com a análise à execução das GOP, que confirma as afirmações anteriores.

A Senhora Vereadora Elisabete Adrião, disse que nos termos da Lei de enquadramento orçamental o executivo CDU da Câmara Municipal do Seixal apresentou o Relatório e prestação de Contas do exercício de 2015, instrumentos que refletem o resultado da atividade municipal desse ano e que carecem de aprovação por parte dos restantes partidos que compõem o executivo. Da análise aos documentos e estabelecendo comparação com a análise aquando da discussão da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2015, evidenciámos alguns aspetos que mereceram a nossa preocupação, perante um orçamento marcado pela desilusão, o qual mereceu o nosso parecer negativo. Na altura, o Partido Socialista entendeu que se tratava de um orçamento, sem capacidade para alavancar o desenvolvimento económico local, limitando-se a distribuir a receita essencialmente por compromissos inadiáveis de funcionamento, sem espaço inscrever despesa de capital/investimento. Confirma-se agora que o PS estava certo. Continuamos convictos que muito mais, será necessário fazer, de forma reduzir custos e canalizar o excedente para investimento e despesas de capital que garantam qualidade na prestação dos serviços municipais. O executivo CDU enfatiza a redução global da dívida por via da renegociação de empréstimos bancários tendo permitido uma poupança significativa, todavia importa reter, que os verdadeiros culpados pela atual situação financeira da autarquia e o facto de se ter recorrido à banca é claramente um indicativo de uma má gestão autárquica, dinheiros públicos mal aplicados, fruto da errada política local dos sucessivos executivos CDU. Não obstante, esta situação continua a sair caro aos munícipes, porque contamos com um executivo preocupado em diminuir a dívida em detrimento do investimento público local, comprometendo o cumprimento em pleno do exercício das suas competências. Em análise aos documentos GOP/Orçamento e Relatório e Contas 2015, importa aferir o nível de execução daquilo que se propuseram realizar durante o ano 2015: Construir a Escola Básica de Santa Marta do Pinhal – não cumpriu. Apenas iniciaram o procedimento concursal; Construir o Estádio Municipal do Seixal (Estádio Bravo) – não cumpriu, nem não se vislumbra o seu término; Abrir a Oficina de Artes Manuel Cargaleiro – não cumpriu até à data, foi inaugurada mas ainda não está aberta ao público, Concluir a construção do Centro Internacional de Medalha Contemporânea - não cumpriu, Concluir obras de requalificação da sede da Casa do Educador – não cumpriu; Construção do Complexo desportivo do Clube Associativo de Santa Marta do Pinhal – não cumpriu; Novo Centro de Recolha de Animais de Companhia – não cumpriu, ou seja, aquilo que o executivo CDU apresentou como bandeira de execução nas GOP 2015, nada se concretizou. Falharam nos compromissos assumidos. Relativamente ao serviço público e participação disse não concordar com a oratória traduzida no documento, “o ano de 2015 foi fortemente marcado de um dos objetivos (...) mais e melhor serviço público: mais investimento, mais planeamento e mais participação”, não cruzam com as expectativas e anseios criados pelas populações. As pessoas querem ver obra feita, querem ver resultados práticos que venham ao encontro das suas necessidades prementes. O Fórum Seixal é um espaço que as pessoas podem participar, espaço do estilo pergunta/resposta, onde se discute mas nada se



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

concretiza. Neste sentido, o PS aposta na implementação do Orçamento Participativo, processo que garante a participação ativa dos munícipes na tomada de decisão sobre investimentos públicos municipais. Ainda nesta rubrica, o executivo falha pela não criação do Conselho Municipal de Juventude. Trata-se de uma imposição por força da lei, que vem dar resposta aos jovens munícipes, como forma de ajuda à realização das suas aspirações, no âmbito da definição de políticas de juventude do Concelho, através do incremento do Associativismo Juvenil formal. Esclarece-se que a concretização do projeto "Loja e Espaços do Cidadão" a instalar no concelho do Seixal depende da vontade e disponibilidade particular do executivo CDU. Em relação ao desenvolvimento económico e turismo adiantou que tem sido patente, a falta de empenho e de dinamismo do executivo CDU pela promoção turística, desconsiderando a riqueza dos recursos naturais/paisagísticos e património histórico-cultural do nosso concelho. O Turismo é um fator de desenvolvimento económico e potenciador de emprego, mas desvalorizado pelo executivo que se reproduz no medíocre investimento neste setor, cujo índice de execução é de 0,05% do montante global do orçamento executado. Em relação ao planeamento, urbanismo e espaço público disse que o novo Plano Diretor Municipal não mereceu a nossa aprovação, porque entendemos que não incorpora as reais necessidades e exigências de um concelho que integra uma área metropolitana. Nesta rúbrica o executivo CDU apenas apostou como prioridade de ação no que se refere a investimento público, a requalificação do núcleo urbano antigo do Seixal e a zona envolvente da Baía. Em relação à educação e juventude o concelho exige que a autarquia, no âmbito das suas competências, a requalificação e alargamento do Parque Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar da rede pública. O executivo CDU tem desvalorizado a escola pública, tendo em conta o parco investimento nesta área específica conseguindo apenas assegurar a prestação dos serviços mínimos. O índice de execução desta rubrica é de apenas 4,67% do montante global do orçamento executado, sendo que a grande fatia é adstrita ao pagamento de refeições em refeitórios de acordo com programa ação social escolar, o que significa que o remanescente, não chega a 1% (0,931%) destina-se a investimento nas áreas do Pré-Escolar, Ensino Básico, Plano Educativo Municipal e Juventude. Desta forma, não se justifica o facto do executivo CDU ter tomado a decisão em reduzir para metade, o número de bolsas de estudo a atribuir a alunos do ensino superior, que tem como objetivo estimular os jovens para o estudo e contribuir para o aumento do nível da qualificação escolar. De acordo com a Carta Educativa do Concelho, a capacidade da rede educativa pública encontra-se subdimensionada relativamente às necessidades educativas, no entanto este executivo concentra a sua preocupação nos equipamentos necessários que são da competência da administração central tendo o cuidado de os enumerar, mas opta pela omissão aqueles que são da sua exclusiva responsabilidade. A verdade é que a autarquia do Seixal tem mais estabelecimentos de educação para construir, ampliar e requalificar, do que a administração central. Deste universo, em 2006 a autarquia já reconhecia a necessidade de construir cerca de 21 Escolas do 1.º Ciclo Básico. Disse que entretanto decorreram 10 anos e apesar do decréscimo significativo do número de alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, atualmente 5620 alunos, a oferta educativa é diminuta face às necessidades da população escolar, pois cerca de 55,68% do número total de alunos ainda estão afetos ao horário duplo em escolas sobrelotadas. Sublinhou, os equipamentos educativos que já mereceram atribuição de verba, por via de concessão de empréstimos bancários e que até à data presente não foram executados na EB1 Quinta do Conde Portalegre - *empréstimo bancário BPI concedido em 2/06/2008 no valor de 2.100.000€* e na EB1 Quinta do Batateiro - *empréstimo bancário concedido BPI em 2/06/2008 no valor de 2.100.000€*. Cumpre esclarecer que a autarquia contou com a perda de 50% do custo total das obras de investimento através de fundos provenientes do QREN. Em relação à cultura e património adiantou que o executivo CDU nomeia a Cultura e Património como vetores prioritários da sua ação, porém o índice de execução (0,77%) do montante global do orçamento executado, revela justamente o contrário. Continuamos a aguardar pela abertura da Oficina de Artes Manuel Cargaleiro e construção do Centro Internacional de Medalha Contemporânea na Quinta da Fidalga. Relativamente ao desporto disse que, esta área tem sido destacada por via da implementação de iniciativas e projetos desportivos locais, que se tem revelado no crescente número de participantes, todavia consideramos, que o trabalho e a criatividade para o desenvolvimento do desporto, não se deve apenas cingir à divulgação e dinamização de projetos desportivos. Aquando da apresentação das GOP e Orçamento 2015, o PS mostrou preocupação quanto ao orçamento

141 C.



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

destinado para esta rubrica, que se revelava pouco ambicioso face aos compromissos assumidos e retratados no programa eleitoral da CDU Seixal nas autárquicas 2013. Ainda assim, a verba prevista refletida nas GOP €781.465,00 que não chegava a representar 1% do Orçamento Municipal, apenas foi utilizada cerca de 60,77% desse montante, manifestamente insuficiente para garantir o funcionamento de 12 equipamentos desportivos municipais existentes e suprir as carências de investimento neste departamento. Falou também em Iniciar a construção do Complexo Desportivo do clube Associativo de Santa Marta do Pinhal, concluir a construção do Estádio Municipal de Futebol, requalificando o Estádio do Bravo através da parceria estabelecida com Sport Lisboa e Benfica, lançar o processo de construção da Piscina Municipal de Aldeia de Paio Pires, Pavilhões Desportivos em Amora e Fernão Ferro, entre tantos outros que apenas permanecem como intenção. Importa referir que a autarquia contraiu empréstimo bancário em 27/06/2007 no valor de €3.700.000 para construção da Piscina Municipal de Aldeia de Paio Pires. Até à presente data, nada foi feito. Em relação à saúde e ação social. Estas são as áreas de eleição que a CDU Seixal utiliza para convencer o eleitorado, abusando da retórica centralizada na acusação aos governos pela ausência de investimento público no concelho pela não concretização de investimentos públicos. As políticas sociais são fundamentalmente ações públicas, mas não é correto encará-las como se elas fossem exclusivamente atividades estatais. Até podemos admitir que as Políticas Sociais são definidas pelo poder político, porém a sua execução não cabe diretamente e exclusividade ao Estado, também cabe ao poder local e entidades privadas por via de obrigação contratual com o mesmo. Sendo a autarquia a instituição pública mais próxima do cidadão, e que melhor conhece a realidade do território, exige-se que assegure uma intervenção criativa e eficiente. A intervenção social da autarquia não deverá passar apenas pela dinamização da Rede Social, criação de instrumentos de diagnóstico/planeamento, participação em eventos festivos e celebração de contratos-programa com as entidades sociais locais. O que seria de esperar desta autarquia, era apostar em políticas sociais locais no combate às desigualdades sociais. E tem sido, nestas áreas, mais precisamente nos últimos anos as verbas concedidas têm diminuído consideravelmente, onde foi prevista a singela quantia de €506.701,00 (GOP e Orçamento/15) acabou por não ser utilizada na sua totalidade. Disse ainda que, em relação ao ambiente, serviços urbanos e infraestruturas municipais apesar do nível de execução nestes itens se apresentar satisfatório; ambiente e Serviços urbanos (65,69%) e Infra-estruturas Municipais (93,59%), não deixa de ser preocupante a falta de investimento em áreas relevantes para a condição humana, animal e vegetal. O concelho do Seixal apresenta graves carências ao nível da recolha dos resíduos sólidos urbanos, assim como ainda existem zonas sem ligação à rede de abastecimento público de água e saneamento de água residuais. Na freguesia de Fernão Ferro existe o problema de falta de pressão de água, sendo que a sua resolução deverá passar, inevitavelmente, pela construção de um Centro de Distribuição de Água em Alta, obra de investimento identificada como prioritária em 2007, a qual foi financiada através de contratação de empréstimo bancário à CGD em 27/06/2007. Em relação ao espaço público e mobilidade adiantou que consideram que estas áreas requerem mais investimento com vista a melhorar as condições de mobilidade e transporte, benfeitorizando as vias rodoviárias e pedonais sob a gestão municipal e sinalização de trânsito aumentando desta forma a segurança dos munícipes. Finalizou dizendo que, apesar de se ter verificado um ligeiro aumento da verba adstrita (GOP e Orçamento de 2015), esta ainda se revela insuficiente para supressão da totalidade das carências neste âmbito.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, salientou algumas das intervenções que foram feitas, nomeadamente, foi dito que existem setores da câmara municipal que trabalham mal. Naturalmente que tal acusação deveria ser traduzida e fundamentada. Outra questão, tem a ver com o investimento e a câmara municipal do Seixal, avançou com um conjunto vasto de obras, iniciativas e projetos e que de facto só se fazem porque houve investimento. E quando falou em investimento, quis dizer também investimento humano, porque, há de facto uma equipa humana capaz e competente para todos os desafios. Manifestou a preocupação da dívida crescente à camara Municipal do Seixal. Em relação aos investimentos, disse ser verdade que, alguns derraparam, não sendo em grande parte da responsabilidade do município. Registou algumas questões positivas que foram colocadas, quer pelo BE, como pelo PSD. Discordou com a comparação que o BE fez em relação quando tenta fazer uma colagem com o governo PSD e CDS, que desenvolveram uma má política, e que o governo da CDU



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

também o fez. Assinalou que, as orientações e projetos são completamente diferentes e isso reflete-se em todos os investimentos e resultados que a CDU tem mostrado ao longo do tempo. Passou para a votação. O PS votou contra, PSD votou contra, o BE abstém-se. Foi aprovado por maioria.

- ADITAMENTO -

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Seixal, informou o executivo sobre os motivos pelos quais pretendia inserir em aditamento à presente Ordem de Trabalhos a proposta "Posse administrativa com fundamento em estado de necessidade. Ratificação do Despacho nº 561-PCM/2016, de 4 de abril."

A proposta de aditamento à Ordem de Trabalhos mereceu a aceitação unânime dos presentes.

3. Deliberação nº 092/2016-CMS – POSSE ADMINISTRATIVA COM FUNDAMENTO EM ESTADO DE NECESSIDADE. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 561-PCM/2016, DE 4 DE ABRIL.

Proposta:
Presidência.

"Considerando:

O sucedido na madrugada de dia 1 de abril de 2016, no prédio urbano sito em Rua das Flores, nº 4, 4-A e 4-B - edifício composto de R/C e 7 andares -, da Freguesia de Amora, consequência de ação criminosa, que determinou, no contexto do assalto ao ATM da Caixa Geral de Depósitos, explosão e destruição de parte das infraestruturas do edifício;

Que se impõe com fundamento no estado de necessidade, segurança de pessoas e bens, uma rápida e eficaz intervenção dos serviços da câmara municipal, em articulação com a Proteção Civil, Corporações de Bombeiros e Autoridade Policial, de modo a que seja possível salvaguardar a estabilidade do edifício, avaliação de danos e prejuízos e a recuperação estrutural do mesmo;

Que tal intervenção só é admissível, porque em consequência do sucedido, há famílias desalojadas e cuja salvaguarda é imperioso garantir;

O risco de desmoronamento ou grave perigo para a saúde e segurança da população residente e vizinha;

A urgência da intervenção tendo em conta os riscos acima referidos;

O Despacho nº 561-PCM/2016, de 4 de abril que determinou a posse administrativa do imóvel.

Proponho:

Nos termos do nº 3, do art. 35º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ratificação do Despacho nº 561-PCM/2016, de 4 de abril, em anexo.

O Proponente
O Presidente da Câmara
Joaquim Cesário Cardador dos Santos"

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse, no passado dia 1 de abril em consequência de uma ação criminosa, cujo alvo foi uma caixa de multibanco, resultou uma destruição importante de parte das infraestruturas do edifício, sito no nº 4 da Rua das Flores, nas Paivas. Nesse sentido e face aos pareceres dos dois especialistas da Faculdade de Ciências e Energia da Universidade Nova de Lisboa que nos transmitiram que o edifício está em perigo de ruína, mesmo após as nossas obras de intervenção que foram só a nível da estabilização do pilar central, mesmo assim há vigas afetadas, há lajes afetadas no 1º piso. Sendo um edifício de 7 pisos e tendo essas fragilidades ocorrido ao nível quer das fundações, quer ao nível da primeira laje dos pilares e vigas, ou seja, todo o edifício está em risco de ruína. Por isso, daquilo que é a nossa perceção e consultados os nossos serviços a decisão que tomámos foi a de avançar para posse administrativa para que no mais curto espaço de tempo a câmara municipal possa fazer a reabilitação e reforço estrutural do edifício e, portanto, colocá-lo em segurança. Portanto, essa é a nossa missão com este despacho, bem como também, claro, restabelecer algumas infraestruturas consideradas coletivas, nomeadamente, a questão da eletricidade e do gás que são as mais perigosas. Portanto, essa é a nossa ação, sendo que tudo o que tem a ver com a reposição de condições das lojas, das frações, vidros partidos, portas partidas, paredes destruídas, tudo isso será uma função do condomínio e dos moradores. A câmara o que se vai preocupar é, de facto, com a questão do edifício.

Já agora, o senhor vereador Samuel Cruz colocou a questão fazendo um paralelismo com a outra situação que aconteceu na Torre da Marinha. Há uma diferença substancial, na Torre da Marinha foi apenas uma parede que foi, digamos assim, alvo de alteração e causou a queda do elemento do edifício. Mas esse elemento do edifício sendo quase no último andar, portanto, não afetou a estrutura global do edifício. Claro que o tornou um pouco mais frágil, mas não tem a dimensão desta situação e por isso não interviemos da mesma forma e porque também neste caso os causadores são desconhecidos. Naquele caso foi a proprietária de uma das frações, está identificada e já requereu a reposição, que já está em tramitação. O problema é que, de facto, a pessoa dispôs-se a fazer mas, entretanto, com o condomínio as coisas não têm sido fáceis e acho que ainda não estão completamente resolvidas. Como não podemos esperar, o edifício não pode esperar os para aí 4 ou 5 anos do processo da Torre da Marinha, aquele edifício precisa do ponto de vista da estrutura de uma intervenção e, por isso, decidimos e é essa decisão que eu trago aqui a ratificação. O município irá avançar para essas obras, depois demandar o condomínio e a Caixa Geral de Depósitos. Porque eu penso que há aqui uma responsabilidade da Caixa Geral de Depósitos que era quem detinha a posse daquela caixa multibanco e que também tem que ser responsabilizada. Ou seja, as pessoas ficaram com a sua vida destruída, com o seu património afetado, durante 48 horas estiveram no terreno mais de 50 efetivos de várias forças. Para além desses 50 outros 50, digamos assim, em termos de logística apoiaram esta operação para depois quem era o usufrutuário daquela caixa, a dependência bancária, que por a ter não tinha mais funcionários, não tinha mais espaços administrativos de serviço, agora não se possa demitir desta situação.

Mas isto são questões que estão colocadas em termos diferentes daquela que neste momento nos deve preocupar que é a segurança do edifício, porque a ruína daquele imóvel não só afetará, quer aquelas pessoas, quer também os dois prédios vizinhos. É que os dois prédios que estão ao lado se houver ruína do edifício serão também afetados e estamos a falar já não de apenas 23 ou 30 pessoas, mas de umas 100 a 120 pessoas. E foi esta a avaliação que eu com o senhor vereador da Proteção Civil, o vereador Luís Cordeiro, tivemos que fazer para tomar esta decisão numa reunião que realizámos na sexta-feira, logo no dia 1 à tarde. Com a própria operação de estabilização provisória, apercebemo-nos melhor dos riscos, mas felizmente 48 horas depois, às 4 da madrugada de sábado, a Câmara Municipal do Seixal conseguiu não só limpar o espaço, vedar a área, como também desmontar o perímetro de segurança. Portanto, penso que fizemos um excelente trabalho. Gostaria de felicitar a Proteção Civil da Câmara Municipal do Seixal, gostaria de felicitar todos os trabalhadores envolvidos da Câmara Municipal do Seixal, que demonstraram uma grande competência, uma grande dedicação, gostaria também de cumprimentar e saudar as forças humanitárias, os Bombeiros de Amora, a Cruz Vermelha Portuguesa, os Sapadores Bombeiros de Setúbal, gostava também de felicitar, os dois técnicos da Faculdade de Ciências e Tecnologia, os professores universitários que prontamente se disponibilizaram a estar durante aqueles dias junto de nós a acompanhar os trabalhos provisórios. Gostaria também de felicitar a Segurança Social, para

341 C.



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

além de outras entidades como a ARIFA, a AURPIA, a Associação dos Trabalhadores das Autarquias do Seixal, o Grupo Desportivo Correr d'Água que nos cedeu as suas instalações, a CRIAR-T, ou seja, houve um conjunto de entidades, uma onda de solidariedade e de cooperação que eu penso que é de assinalar e louvar.

Se os senhores vereadores estivessem de acordo eu iria também, não só hoje aqui, aprovar um voto de louvor a todos os envolvidos. Isso era importante, e se estivéssemos de acordo com base nessa apreciação, envio um ofício em nome de todo o executivo da câmara municipal a estas entidades, a agradecer todo o empenho e todo o esforço que foi verificado. Já agora, dizer que perante uma outra calamidade semelhante ou mesmo maior, portanto, o Seixal e com os apoios da Proteção Civil, está capacitado para poder responder a tempo e horas à população.

Agora estamos a desenvolver todas as partes burocráticas, os relatórios de todas as áreas da Proteção Civil, o levantamento de danos, o levantamento de custos, o levantamento com os seguros, etc., reuniões com os projetistas, a preparação dos projetos de intervenção, os projetos de reabilitação, o próprio investimento, tudo isso são os próximos passos, mas no entanto naquele momento inicial de resposta penso que o município cumpriu a sua obrigação.

O Senhor Vereador Luís Cordeiro, disse, não tenho muito mais a acrescentar às palavras do Senhor Presidente. Talvez só referir que em toda esta situação os proprietários e os habitantes do prédio tiveram sempre da parte da câmara um grande acompanhamento, nessa tarde de sexta-feira, depois de termos tido aqui a reunião de câmara, reunimo-nos com os moradores todos no Clube Desportivo "Correr d'Água" onde as pessoas foram claramente informadas daquilo que ia acontecer, do seu alojamento na Valenciana, do apoio logístico a ser dado em termos de alimentação, das condições das pessoas poderem ter acesso à sua habitação para tirar os bens mais emergentes que necessitassem e foram também, logo na altura em função do diálogo que tínhamos tido aqui com peritos, confrontados com a realidade de durante os próximos três meses não terem condições de voltar à sua habitação. O que é facto é que isso foi transmitido pelo Senhor Presidente de uma forma muito clara e os comproprietários do prédio reconheceram claramente que essa era a situação a ter. Portanto, houve uma aceitação cabal para além de reconhecerem todo o apoio que lhes tinha sido prestado desde o primeiro momento e que, naturalmente, reconheciam o trabalho que estava a ser feito e, portanto, era importante realçar esta questão.

Neste momento a situação está estabilizada, mas a Proteção Civil em articulação com a Ação Social e com outras áreas da câmara, está a promover, consoante as pessoas vão tendo necessidade e vão apresentando isso, deslocações das pessoas à sua habitação, porque uma coisa é ir buscar os primeiros elementos que foram buscar no sábado à noite, os primeiros bens mais emergentes, ao estarem três meses afastados da sua casa necessitarão de durante mais tempo ter acesso à sua habitação. Teve-se uma perceção muito grande daquilo que tinha acontecido uma semana e tal atrás quando houve um prédio em Cascais que sofreu um incêndio e as pessoas também foram completamente desalojadas e no dia seguinte houve uma manifestação de alguns proprietários dizendo que as suas habitações tinham sido objeto de vandalismo e de roubo. Nós ali desde o primeiro momento tivemos consciência disso, foi articulado com o comissário da polícia a garantia de polícia à porta do edifício 24h sobre 24h de maneira a garantir a preservação da segurança do bem das pessoas na sua habitação. Neste momento, toda a estrutura da organização da deslocação das pessoas a sua casa é feita sempre com acompanhamento, quer de um bombeiro ou de alguém da Ação Social ou da Proteção Civil e de uma força da segurança. Situação que fica permanentemente registada para que não haja qualquer situação de ação semelhante ao que aconteceu em Cascais.

O Senhor Vereador Paulo Cunha, disse, quando coloquei esta questão naturalmente que ainda no período antes da ordem do dia mas entretanto já transformado em questão de um ponto, e muito bem, já tinha como presente colocar uma outra questão dependendo também naturalmente das respostas que fosse obtendo. A questão passava precisamente por se tinha sido de alguma forma acionado o Plano Municipal de Emergência? É uma questão que me parece de toda a pertinência e infelizmente tivemos aqui um simulacro em contexto real mas que poderá claramente servir de aprendizagem para situações futuras, como o senhor vereador Luís Cordeiro aqui o disse.



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

Por outro lado gostava de fazer uma observação, antes da minha intervenção principal. Não me recordo nunca de uma posse administrativa de um prédio, de uma situação com esta dimensão. Talvez se tivesse justificado uma reunião, ainda que informal, com os vereadores para estarmos informados, para não sermos confrontados com um documento desta importância numa reunião de câmara apenas.

Admito que o Senhor Presidente quando tomou esta decisão estava bem aconselhado pelo seu departamento jurídico, não tenho dúvida nenhuma disso, e sobretudo deixar aqui só a observação que para mais tarde virmos a demandar as seguradoras, sobretudo a seguradora da ATM há um conjunto procedimentos do ponto de vista jurídico.

Do ponto de vista político queria dar os parabéns à intervenção que foi feita pelo Senhor Presidente e pelo senhor vereador Luís Cordeiro. Acho que é para isto que um executivo é eleito, é para isto que um Presidente também é eleito, para tomar decisões por mais difíceis que elas sejam que vão onerar ou não o erário público, sendo que quando vão onerar o erário público temos de ver o que é que está em confronto se é a salvaguarda de outro tipo de interesses. Neste caso lá está, por isso é que eu achava que na minha opinião justificava-se claramente uma reunião ainda que fosse rápida, justificava-se exatamente por isso que é no confronto entre os perigos que estão do outro lado os relatórios a que nós não tivemos acesso, vamos passar um cheque em branco. Não me custa nada passá-lo tendo em conta até o conhecimento que tenho da forma do Senhor Presidente trabalhar, e nesse aspeto tenho que lhe fazer um elogio porque há 4 anos, no outro prédio, era eu o vereador da Proteção Civil sendo o Senhor Presidente na altura Vice-presidente mas foi consigo que o processo foi conduzido até, presumo, que os mesmo técnicos, os mesmos professores universitários. Portanto, vi como é que se trabalhou neste tipo de situações e não custa nesta situação específica passar o cheque em branco, coisa que normalmente não costumo fazer. No entanto, sentia-me muito mais confortável tendo esse tipo de conhecimentos. Mas com aquilo que nos é transmitido não queria deixar de dar também as felicitações a todas as entidades envolvidas porque também as conheço, também sei como trabalham, sobretudo os bombeiros, a PSP, a Cruz Vermelha Portuguesa, portanto, a nossa delegação aqui do Seixal e todas as entidades que se envolvem neste tipo de situações. Portanto, acho que neste caso concreto a Câmara Municipal do Seixal saiu bem na fotografia, atuou com a rapidez necessária e com as medidas adequadas.

O Senhor Vereador Samuel Cruz, disse, Senhor Presidente aqui sobre este ponto, quero começar por dizer que espero que seja a primeira de muitas, porque deliberações deste carisma são necessariamente com urgência, mas a primeira de muitas posses administrativas. Não que eu queria que existam muitas calamidades no concelho, como é evidente que não, mas porque existem muitos imóveis, nomeadamente, nas zonas históricas que mereciam a nossa intervenção e a nossa posse administrativa como forma até das recriar e de intervir nos núcleos históricos que bem precisam, acho que esse tipo de intervenções seria até pedagógica. De facto, quem tem o seu património ao abandono se visse que alguém tomava posse administrativa do mesmo e depois lhe pedisse contas, tal como aqui se vai pedir à companhia de seguros, com certeza que a reabilitação urbana no concelho do Seixal aconteceria a outro ritmo.

Em relação a este caso concreto não temos qualquer tipo de problema em subscrever até porque, nomeadamente, aquilo que dentro da excecionalidade a mais excecional é a contratação direta, depois enfim tomará acima de tudo quem tomar a responsabilidade por essa contratação em concreto.

Como já disse, esperemos que também na próxima reunião de câmara talvez venha aqui a posse administrativa da fração autónoma da Torre da Marinha, que é um caso exatamente igual em tudo, bastante semelhante menos num aspeto. Ali são só uma mãe e uma filha indefesas com pouca capacidade eleitoral, com pouca capacidade reivindicativa e que, portanto, eu compreendo o Senhor Presidente, outra coisa são 120 pessoas ou famílias a fazer pressão eleitoral para que o problema se resolva. O interesse é justamente defender os munícipes sejam muitos ou sejam poucos mas que se encontram nas mesmas situações. Eu acho que sinceramente que na próxima reunião de câmara esteja aqui a posse administrativa, tanto mais que como o Senhor Presidente disse se trata de uma situação que se arrasta há 4 ou 5 anos. Há aqui duas questões, a questão estrutural que é, pode derrocar no caso das Paivas, o caso da Torre da Marinha é já derrocou. Já nem há risco, já caiu e,



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

portanto, como já caiu, claro que não é o prédio eu ia votar a favor mas daqui a pouco vão-me fazer votar contra. A questão política coloca-se assim, há pessoas que de uma forma isolada não têm capacidade de resolver o problema e como as pessoas de uma forma isolada não têm capacidade de resolver o problema a câmara assume e resolve ela própria. Qual é a diferença em termos das pessoas? Nas Paivas estão 30 na Torre da Marinha estão 2, a diferença é a quantidade e eu não quero crer que a diferença seja a quantidade. Portanto, do ponto de vista das pessoas ambos são munícipes e não acho que seja diferente de serem 30 ou serem 2. Segundo ponto do risco, de um lado há risco de derrocada do outro lado já derrocou, portanto, é a mesma coisa. De um lado foram os bandidos do multibanco, do outro lado foi um construtor pouco escrupuloso, ambos tiveram atitudes ilegais. Portanto, ou assumimos aqui a responsabilidade de resolver também o problema do prédio da Torre da Marinha ou o Partido Socialista em nome do princípio da igualdade está também contra este.

O Senhor Vereador Jorge Gonçalves, disse, vou fazer um esforço mesmo acreditando que o vereador Samuel Cruz vai estar a ouvir. Estamos perante dois assuntos claramente diferentes. Em relação ao processo da Avenida Gil Vicente que houve no âmbito da fiscalização os procedimentos desenvolvidos todos no que diz respeito à reposição da legalidade urbanística, em relação às várias frações que estavam em causa na Avenida Gil Vicente. Sendo naturalmente mais relevante a reposição da legalidade urbanística no respeitante às alterações do 3º tendo em conta que foram essas que resultaram depois na queda da laje do 3º. Durante toda esta parte do processo, independentemente do tempo demasiado que já passou, houve resposta no âmbito da legalidade urbanística referente ao proprietário da fração do 2º andar e nesta fase houve variadíssimas dificuldades, quer em relação à questão da aprovação do projeto, quer aos termos das responsabilidades dos vários técnicos que foram entrando e saindo. Mas havia um processo a decorrer do ponto de vista da reposição da legalidade urbanística e à data de hoje há um processo aprovado, qual é a questão? Essa sim que nós poderemos tomar posse administrativa e isso está a ser revisto agora, não é em relação à questão do 2º andar porque essa a senhora respondeu à reposição da legalidade urbanística e assumiu a sua responsabilidade e vai repô-la, é como no 1º andar, fez exatamente a mesma coisa, retirou a parede de apoio se ela for carregar em cima e nós corremos o risco depois ter o mesmo problema em baixo e por isso aí sim tendo em conta que a do 1º andar foi desenvolvido todo o processo com vista à reposição da legalidade urbanística, que não houve essa resposta tendo em conta que a senhora do 2º andar está em condições de desenvolver, nós poderemos ter que desenvolver um procedimento de posse administrativa. Não significa necessariamente tendo em conta as negociações das competências que existem no caso do normal desenvolvimento dos processos neste âmbito de ir a reunião de câmara, mas sim sobre o 1º andar de forma que a gente garanta a parede do 1º para o 2º e a senhora garanta aquilo que aprovou. Em qualquer dos casos foram tomadas as medidas na altura necessárias a garantir os apuramentos necessários à permanência e à estabilidade do edifício e por isso não está em causa a situação nem de emergência nem de interesse público porque não estão em causa os outros prédios na envolvente, nem o próprio espaço público, nem segurança das pessoas que lá passam. O que está colocado neste caso é um caso muito diferente, não é um problema do construtor, houve uma clara ação danosa, criminosa sobre o edifício e que põe em causa esse sim a segurança daquele prédio e pode ter eventualmente efeitos em outros e é isso que determina a diferença em relação ao andamento dos trabalhos. Claro que nós não nos vamos substituir nem num caso nem noutro. No outro caso havia uma responsável que foi devidamente identificada, foi dada ordem para reposição de legalização urbanística e ela veio repor essa legalidade urbanística. A identificação da pessoa e a própria de forma voluntária veio ao processo para repor a legalidade urbanística e não estava em causa em nenhum momento, que foi identificado no próprio relatório, a ruína do edifício. Por isso o que estava em causa era apenas uma questão entre uma reposição da legalidade urbanística de uma proprietária que veio ao processo para repor, a do 1º não tinha a ver com a origem do problema agora para a reposição. O que eu coloquei foi para a reposição agora da legalidade urbanística nós podemos tomar posse sim, porque do procedimento para que possa ser garantido no 2º andar agora havendo uma ordem para reposição, havendo a pessoa a dizer "sim eu quero repor", por que razão é que eu ia tomar posse administrativa de uma obra para me substituir ao particular que está



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 08/2016

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 07 de abril de 2016

devidamente identificado e tem essa responsabilidade? Não se percebe e principalmente quando não estava em causa nem o edifício como um todo nem a segurança do interesse público, nem espaço público. Quer dizer, eu não consigo perceber esse paralelismo direto que está estabelecido porque eles são de enquadramento de casos diferentes. Admito que não tivessem esta informação toda que estava a colocar e eu com isto não estou a dizer que não demorou muito mais tempo do que o necessário, muito mais, o processo já devia estar resolvido há muitíssimo tempo. Não estou a dizer com isso que está tudo a decorrer nos seus trâmites, estou a dizer que são processos realmente diferentes, quer na responsabilidade, quer naquilo que deve ser salvaguardado do ponto de vista do interesse público.

O Presidente deu por encerrados os trabalhos pelas 19 horas e 45 minutos do dia 7 de abril de 2016.

Nos termos do art.º 5º do Dec-Lei n.º 45362 de 21 de novembro de 1963 (com a redação atualizada pelo Dec-Lei n.º 334/82 de 19 de agosto, e de acordo com uma interpretação extensiva), os documentos mencionados são arquivados, ora em pasta anexa à presente Ata, ora no respetivo processo.

Sempre que se indicou ter sido tomada qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para o efeito do disposto do art. 57º do Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, atualizado pela Lei n.º 69/2015 de 16 de julho, que alterou a Lei nº 169/99 de 18 de setembro.

O Presidente da Câmara Municipal

Joaquim Cesário Cardador dos Santos.

O Secretário

João Manuel de Sousa Coutinho.

Elaboração da Ata:

Coordenação geral e Secretário da Câmara Municipal

João Manuel de Sousa Coutinho

Assessor Jurídico

João Augusto Sarmento Ribeiro de Carvalho Salazar

Apoio Administrativo

Magda Isabel da Fonseca Bastos Sargento Galandim

Carla Maria Ribeiro Dias

Lídia Maria Andrade Rodrigues



Câmara Municipal do Seixal

ÍNDICE

| | |
|--|------|
| TERMO DE ABERTURA..... | - 01 |
| PERÍODO PARA A INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DA POPULAÇÃO | - 01 |
| PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA..... | - 06 |
| PERÍODO DA ORDEM DO DIA..... | - 15 |
| PRESIDÊNCIA..... | - 21 |
| ADITAMENTO..... | - 39 |
| TERMO DE ENCERRAMENTO..... | - 44 |

.../...

541 0